



Documento enviado com sucesso!!
Segue abaixo os dados do documento:

BARDELLA S.A. INDUSTRIAS MECANICAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O documento foi entregue para CVM e B3

Tipo de Documento:	Versão:	Data de Referência:	Data de Entrega:
Formulário de Referência - FRE	1	31/12/2026	01/06/2026

NÚMERO DO PROTOCOLO:
001520FRE202620260100158752-74 

 [COMPARTILHAR](#)

 [IMPRIMIR](#)

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	6
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	7
1.5 Principais clientes	16
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	17
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	18
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	19
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	20
1.10 Informações de sociedade de economia mista	21
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	22
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	23
1.13 Acordos de acionistas	24
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	25
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	26
1.16 Outras informações relevantes	27
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	28
2.2 Resultados operacional e financeiro	46
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	49
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	62
2.5 Medições não contábeis	63
2.6 Eventos subsequentes as DFs	64
2.7 Destinação de resultados	65
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	67
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	68
2.10 Planos de negócios	69
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	70
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	71
3.2 Acompanhamento das projeções	72

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	73
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	77
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	78
4.4 Processos não sigilosos relevantes	81
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	83
4.6 Processos sigilosos relevantes	84
4.7 Outras contingências relevantes	85
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	86
5.2 Descrição dos controles internos	87
5.3 Programa de integridade	88
5.4 Alterações significativas	89
5.5 Outras informações relevantes	90
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	91
6.3 Distribuição de capital	96
6.4 Participação em sociedades	97
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	98
6.6 Outras informações relevantes	99
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	100
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	106
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	107
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	108
7.4 Composição dos comitês	115
7.5 Relações familiares	116
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	117
7.7 Acordos/seguros de administradores	119
7.8 Outras informações relevantes	120
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	121

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	122
8.3 Remuneração variável	125
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	126
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	127
8.6 Outorga de opções de compra de ações	128
8.7 Opções em aberto	129
8.8 Opções exercidas e ações entregues	130
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	131
8.10 Outorga de ações	132
8.11 Ações entregues	133
8.12 Precificação das ações/opções	134
8.13 Participações detidas por órgão	135
8.14 Planos de previdência	136
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	137
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	138
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	139
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	140
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	141
8.20 Outras informações relevantes	142
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	143
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	145
9.4 Outras informações relevantes	146
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	147
10.1 Descrição dos recursos humanos	149
10.2 Alterações relevantes	150
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	151
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	152
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	153
10.5 Outras informações relevantes	154
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	155
11.2 Transações com partes relacionadas	156
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	162
11.3 Outras informações relevantes	163
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	164
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	165
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	166
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	167
12.5 Mercados de negociação no Brasil	168
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	169
12.7 Títulos emitidos no exterior	170
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	171
12.9 Outras informações relevantes	172
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	173
13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	174
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	175

1.1 Histórico do emissor

1.1 Histórico do emissor

Em 1.911, a economia do Estado de São Paulo girava em torno do principal produto de exportação no Brasil: o café.

Alguns ricos fazendeiros que cultivavam café, já inclinavam-se para a diversificação do seu ramo de atuação procurando novos caminhos. Foi justamente nesse período que iniciou-se a implantação do parque industrial paulista. Levas de imigrantes começavam a fazer parte do cenário de São Paulo, oferecendo sua força de trabalho à indústria que nascia.

ANTONIO BARDELLA era um daqueles imigrantes. Depois de muita luta, trabalhando como aprendiz de ferreiro, conseguiu fundar uma pequena oficina, onde, utilizando apenas uma forja manual, produzia e reparava elementos de transmissão, como mancais, luvas de junção, eixos e polias.

Veio então a primeira Guerra Mundial. O Brasil, com todas as suas importações bloqueadas, viu-se obrigado a apressar o processo de industrialização, e as fábricas souberam responder aos desafios. Recondicionavam-se peças e motores importados, reaproveitavam-se equipamentos e máquinas, iniciava-se enfim a produção industrial brasileira.

Em 1916, as "OFFICINAS BARDELLA" adquiriram seu primeiro torno e instalaram sua primeira fundição. No princípio dos anos 20 sua produção de máquinas para serrarias atingia uma escala considerada ampla para a época.

Em 1927 lançavam um projeto inédito e de marcante significado para a indústria do Brasil: a primeira ponte rolante brasileira. Desde aqueles tempos, portanto, além de sua grande preocupação em levar adiante projetos industriais e fabricação de máquinas e equipamentos que respondessem com perfeição às necessidades e exigências de um país em vertiginoso crescimento, revelava-se uma constante busca de novas áreas para atuação, de que é exemplo a instalação do processo de trefilação, voltado para suprir o mercado brasileiro de um produto do qual até então ele estava carente: Aços Trefilados.

Em 1940, sua razão social passava para ANTONIO BARDELLA & CIA LTDA.

Em 1942, para sua atual denominação: BARDELLA S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS.

Vergalhões de aço eram agrupados à sua linha de fabricação. Prever as necessidades do mercado, e a elas antecipar-se, consolidava-se como objetivo maior da companhia.

Nas décadas de 1950 e 1960, nossas linhas de produtos foram ampliadas, iniciando-se nessa época a fabricação de pontes rolantes siderúrgicas, turbinas hidráulicas e equipamentos hidromecânicos, tornando-se necessário mais espaço em nossa fábrica.

Nessa oportunidade foi adquirido um terreno com 108.440,70 m² em Cumbica - Guarulhos, na grande São Paulo, onde foi instalado nosso parque fabril, com área construída de 65.622,52 m².

Todavia, suas fronteiras não ficaram restritas a Cumbica. Nos anos 70, surgiram suas empresas associadas: BAREFAME INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS LTDA e foi adquirido um terreno de 100.000 m² na cidade de Sorocaba – São Paulo, onde está localizada uma filial com área construída de 36.339,32 m².

Nos anos 80 constituímos a ENERGO AGRO INDUSTRIAL LTDA.

Conforme fatos relevantes divulgados ao mercado durante os meses de junho e julho de 2010, e de acordo com autorização dada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2010, a venda dos ativos florestais (terras e florestas) foi concluída em 23 de agosto de 2010, pelo valor bruto total de R\$ 119.498 (cento e dezenove milhões, quatrocentos e noventa e oito mil reais), recebido à vista. Em decorrência da venda das terras, foi vendido também o plantel de gado.

De 2001 até março de 2009, a Bardella S/A Indústrias Mecânicas manteve associação, em conjunto com a Timken do Brasil Comercio e Indústria Ltda., na empresa BARDELLA TIMKEN SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA, com o objetivo de prestação de serviços de engenharia e reparos de rolamentos para componentes de laminadores, reforma de mancais e cilindros. Atualmente as reformas de cilindros passaram a ser executadas somente pela Bardella S/A Indústrias Mecânicas.

1.1 Histórico do emissor

Em 2008 foi constituída a empresa IMMA Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda., uma joint venture entre a Bardella S/A Indústrias Mecânicas (50%) e GE Energias Renováveis Ltda. (50%), instalada em um terreno de 235.000 m2, em Porto Velho – RO, entrando em atividade operacional no segundo semestre de 2009 e tendo como objetivo principal o fornecimento de equipamentos hidromecânicos e de levantamento para as Usinas Hidroelétricas.

Em abril de 2009, a Bardella S.A. Indústrias Mecânicas e sua controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., adquiriram 60% (sessenta por cento) do capital da DURAFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Fundada em 11 de novembro de 1985, a Duraferro atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos os quais complementam o portfólio de produtos Bardella. Sua planta industrial situa-se no município de Araras, interior do Estado de São Paulo.

Em setembro de 2011, foi constituída a empresa Barefame Industrial Ltda e está situada na cidade de São Mateus - ES. A Empresa tem como objetivo principal a industrialização de máquinas e equipamentos de elevação de cargas e de pessoas e instalação de máquinas e equipamentos industriais.

Em novembro de 2014, a Barefame Industrial Ltda foi incorporada pela Barefame Instalações Industriais Ltda.

Em dezembro de 2014, a Companhia adquiriu pelo valor de R\$20.656 (vinte milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), os 40% restantes da Duraferro Indústria e Comércio Ltda. ("Duraferro"), em conformidade com a decisão proferida no procedimento arbitral CMA 234 da Câmara de Conciliação e Arbitragem CIESP/FIESP. Assim, a Companhia juntamente com sua controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., passou a deter a totalidade do capital da Duraferro.

A companhia possui um Sistema de Gestão Integrada estruturado em processos, e tendo seu desempenho monitorado por meio de programas de gestão, os quais estabelecem os respectivos objetivos, indicadores e metas.

O Sistema de Gestão Integrada obedece os requisitos das seguintes normas: ISO 9001:2015 (Sistema de Gestão da Qualidade) e ISO 14001:2008 (Sistema de Gestão do Meio Ambiente).

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

MERCADOS DE ATUAÇÃO

Situação dos principais mercados de atuação da Companhia:

- **MINERAÇÃO:** Apresenta possibilidades de expansão nos próximos anos, principalmente no segmento de equipamentos para minério de ferro, o qual vem demandando diversas consultas;
- **METALURGIA:** Apesar das incertezas no crescimento mundial de consumo de aços, das barreiras tarifárias adicionais criadas pelo Governo Norte-Americano e da forte concorrência de produtos asiáticos, o setor apresenta possibilidades de planos de manutenção, revitalização e substituição de equipamentos em uso em plantas industriais, principalmente pontes rolantes;
- **PETRÓLEO E GÁS:** A Petrobrás e as demais operadoras privadas que atuam no mercado nacional continuam investindo em plataformas e instalações submarinas para produção "Offshore", o que resulta no aumento da demanda por equipamentos de processos para Óleo e Gás;
- **ENERGIA:** Apesar de não existirem previsões concretas para início de novos projetos de usinas hidrelétricas (UHE), existe previsão para realização de novos leilões de reserva de capacidade, relativos a diversos projetos de novas UHEs. Há ainda a necessidade de manutenção das instalações existentes, o que demanda fortes investimentos em reformas e substituições de equipamentos em final de vida útil.

Contribuíram para a realização da receita operacional do exercício de 2025, os seguintes fornecimentos:

- Pontes rolantes para indústrias em geral;
- Equipamentos de levantamento e movimentação de cargas;
- Fornecimento de peças de reposição;
- Serviços de manutenção e de usinagem.

MARGENS

A margem bruta consolidada em 2025 foi de 10,6% (12,9% em 2024).

CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Companhia continua com suas atividades operacionais concentradas em sua unidade operacional de Araras - SP, com nível ainda baixo de ocupação.

A variação do número de colaboradores visa adequar os custos e demais despesas operacionais de cada unidade ao atual tamanho da carteira de encomendas.

A administração mantém-se focada na redução de custos e despesas operacionais, realização de valores a receber de clientes, entre outras, com o objetivo de melhorar as disponibilidades de capital de giro e de garantias financeiras, as quais são fundamentais para possibilitar o crescimento da carteira de pedidos/encomendas de clientes.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Companhia contou também com apoio de terceiras partes relacionadas, através de mútuos financeiros tomados.

Apesar das austeras medidas que a administração vinha tomando e, pelo motivo da baixa atividade operacional, a Companhia enfrentou dificuldades para manter seus compromissos.

Tais dificuldades levaram a administração a apresentar, em 26 de julho de 2019, pedido de recuperação judicial, abrangendo a Controladora e algumas de suas controladas.

Em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 08 de março de 2021, foi aprovado o plano de recuperação judicial, cujas informações foram disponibilizadas nos sites da CVM e B3 através de Comunicado ao Mercado. A homologação ocorreu em decisão judicial de 10 de maio de 2021. Em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 29 de novembro de 2021, foi aprovado um Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, com alteração da cláusula 9.2 – Classe II – Credores com garantia real, o qual foi homologado em 16 de dezembro de 2021, cuja homologação foi publicada em 21/01/2022.

Em decorrência do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, com relação às vendas das UPIs, os fatos mais importantes foram: a) Em 21/07/2021 foi homologada a arrematação da UPI 2 – BARDELLA Guarulhos – Aços. b) Em 26/07/2022 foi enviado à CVM o Comunicado ao Mercado sobre pagamentos efetuados a credores trabalhistas. c) Em 21/09/2022 foi homologada a arrematação da UPI 1 – BARDELLA – Fábrica de Guarulhos – Mecânica (ver Nota Explicativa 31). Em 18/05/2023 foi arrematada a UPI 5 – Casa Itajobi.

Em 24 de julho de 2025, a Companhia e suas Controladas em recuperação judicial concluíram as negociações e encontra-se em vigor o Acordo de Transação Tributária Individual firmado com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (ver Nota Explicativa 33 – Transação Tributária Individual).

A Companhia executa o Plano de Recuperação Judicial nas condições previstas em sua homologação e encontra-se totalmente adimplente com suas obrigações, incluindo os pagamentos aos credores.

O Plano de Ação para continuidade dos nossos negócios é apresentado na parte final da Nota Explicativa n. 1 – Contexto Operacional / Continuidade Operacional.

EMPRESAS CONTROLADAS

BAREFAME Instalações Industriais Ltda. – Em Recuperação Judicial

Nos exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2025, não houve receita operacional líquida. Em 2025 realizou prejuízo líquido de R\$ -15,3 milhões (Lucro líquido de R\$ 1,6 milhões em 2024).

Eliminadas as operações entre Controladas e Controladora, não houve pedidos em carteira a realizar em 31/12/2025 e 31/12/2024.

O quadro de colaboradores em 31/12/2025 é de 49 (51 em 31/12/2024), em sua maioria afastados por razões médicas.

A remuneração de todos os colaboradores acrescida dos encargos sociais atingiu em 2025 o montante de R\$ 0,4 milhões (R\$ 0,4 milhões em 2024).

Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. – Em Recuperação Judicial

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A empresa tem como atividade principal o agenciamento de seguros para a Bardella S.A. e suas controladas, bem como aos seus colaboradores. Trabalha também em sinergia com a empresa controladora e suas empresas controladas para obtenção de seguros necessários à participação em concorrências.

IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.

Empresa constituída em 2008 a partir de uma joint venture entre a Bardella S.A. Indústrias Mecânicas (50%) e GE Energias Renováveis Ltda. (50%), instalada no Estado de Rondônia, tem como objetivo principal o fornecimento de equipamentos hidromecânicos e de levantamento para usinas hidroelétricas.

Em 2025 e 2024 a empresa não obteve a receita líquida operacional significativa. Apresentou prejuízo líquido de R\$ 5,4 milhões em 2025 (Prejuízo líquido de R\$ 14,0 milhões em 2024).

Em 31/12/2025 e 31/12/2024 não houve pedidos em carteira a realizar.

O quadro de colaboradores em 31/12/2025 é de 5 (5 em 31/12/2024).

A remuneração de todos os colaboradores acrescida dos encargos sociais e indenizações atingiu em 2025 o montante de R\$ 0,377 milhões (R\$ 0,142 milhões em 2024).

DURAFERRO Indústria e Comércio Ltda. – Em Recuperação Judicial

A empresa está situada em Araras – SP e atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos. A Bardella S.A. Indústrias Mecânicas e a Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. detém 100% do capital social.

Em 2025, a receita operacional líquida atingiu o total de R\$ 44,4 milhões (R\$ 31,4 milhões em 2024) e lucro líquido de 1,2 milhões (lucro líquido de 0,061 milhões em 2024).

O total da receita líquida consolidada a realizar referente a pedidos em carteira em 31/12/2025 era de R\$ 17,7 milhões (R\$ 46,8 milhões em 2024).

O quadro de colaboradores em 31/12/2025 é de 137 (135 em 2024).

A remuneração de todos os colaboradores acrescida dos encargos sociais atingiu em 2025 o montante de R\$ 17,3 milhões (R\$ 14,2 milhões em 2024).

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Para fins de administração, a Companhia e suas controladas são divididas em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais:

O segmento de mecânica corresponde à fabricação de equipamentos sob encomenda e;

O segmento de serviços é representado pela execução de serviços diversos.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base na receita bruta e no prejuízo ou lucro líquido.

31/12/2025	Mecânica	Aços e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	57.023	3.076	(12.028)	48.072
Prejuízo do período	(19.754)	(14.297)	13.299	(20.752)
Ativos operacionais	518.426	83.433	(208.271)	393.588
Passivos operacionais	783.461	146.949	(292.132)	638.278
31/12/2024	Mecânica	Aços e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	33.046	2.682	(2.642)	33.086
Prejuízo do período	(30.365)	1.811	(2.229)	(30.783)
Ativos operacionais	611.002	120.603	(191.112)	540.493
Passivos operacionais	856.533	157.311	(249.414)	764.430

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 Produção/ Comercialização/ Mercados

a. características do processo de produção

O fluxo dos processos da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas – Em Recuperação Judicial abrange basicamente 10 processos, listados a seguir:

- ✓ Vendas
- ✓ Gerenciamento
- ✓ Engenharia
- ✓ Suprimentos
- ✓ Manufatura
- ✓ Entrega e atividades Pós-Entrega
- ✓ Administrativo
- ✓ Financeiro
- ✓ Recursos
- ✓ Liderança

O processo de **Vendas** inicia-se com a solicitação, através de concorrência e /ou convite, para apresentação de proposta para fornecimento de um determinado produto ou sistema / planta, baseado em especificações técnicas emitidas pelo solicitante. A partir dela, é feita uma análise crítica dos requisitos para determinar se os mesmos foram completamente entendidos e se a Bardella tem capacidade para atendê-los.

Uma vez analisada a especificação e aceita a participação na concorrência e/ou convite, são elaboradas propostas técnica e comercial que servem de base para as negociações até o eventual fechamento de um Contrato de Venda ou Ordem de Compra. O Contrato de Venda ou Ordem de Compra passa a ser gerenciado no processo de Gerenciamento, no qual é definida a estrutura do produto e são planejadas as atividades macro dos processos subsequentes, que vão desde o processo de Engenharia até o processo de Entrega e atividades Pós-Entrega, culminando com a conclusão dos testes de Aceitação Final do produto ou sistema.

A partir da documentação contratual, que inclui a especificação técnica, o processo de **Engenharia** desenvolve o projeto do produto, inclusive os respectivos manuais de montagem final no campo, operação e manutenção.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

De posse do projeto do produto, é feito um planejamento da fabricação através de duas atividades básicas que são Métodos de Manufatura e Planejamento da Fabricação, que são os pontos de partida para os processos de **Suprimentos** e de **Manufatura**.

As atividades de Engenharia / Métodos definem pela aquisição de materiais, componentes elétricos e mecânicos, fabricação dos componentes manufaturados, complementando as especificações de materiais do projeto e elaborando os roteiros de fabricação, montagem, controle de qualidade e testes de fábrica, que determinam toda a seqüência de fabricação do produto.

A atividade de Planejamento executa a programação das atividades de aquisição e fabricação, sendo responsável pelo prazo de entrega.

No processo de **Suprimentos** é feita a aquisição, o recebimento, a inspeção de qualidade e documentação e o armazenamento dos materiais/equipamentos adquiridos, para serem incorporados ao produto final durante o processo de **Manufatura**.

O processo de **Manufatura** engloba resumidamente as atividades de corte, caldeiraria, soldagem, tratamento término, usinagem, pré-montagem de fábrica, pintura e testes em vazio, sendo executados de forma controlada para atender os requisitos especificados no projeto e assim garantir a qualidade do produto. Caso necessária a qualificação de processos ou treinamento específico de operadores, por exemplo soldagem, a gestão do Sistema de Qualidade apoia a produção.

Uma vez concluída a fabricação, o processo de **Entrega e atividades Pós-Entrega** é conduzido para que se realize a entrega do produto, em perfeitas condições, a fim de possibilitar a correta instalação e o funcionamento para atender às necessidades dos clientes, validando o início do período de garantia do produto. Fazem parte do processo de **Entrega e atividades Pós-Entrega** a embalagem, a entrega propriamente dita, a supervisão de montagem, o comissionamento do produto, o treinamento do usuário, a operação assistida quando requerida pelo cliente e a assistência técnica durante o período de garantia, conforme condições estabelecidas contratualmente.

Os processos apresentados até aqui, formam o grupo de **processos relacionados ao produto**. Os processos remanescentes, **Administrativo, Financeiro, Recursos e Liderança**, denominados de **processos de apoio**, compõem o grupo de processos que dão todo o suporte para garantir a realização do fornecimento do produto.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A – Equipamentos sob Encomenda:

Um contínuo aumento de eficiência nos processos de fabricação vem sendo obtido através do aperfeiçoamento dos procedimentos, introdução de maquinário e ferramental moderno e treinamento de mão de obra, alinhado a um programa de desempenho operacional total que permite atualmente uma performance de excelência operacional.

Especial atenção vem sendo dedicada à área de engenharia para buscar soluções construtivas inovadoras que reduzam os custos de produção agregando valor, porém mantendo a qualidade, eficiência e segurança dos produtos. Vários projetos tem utilizado a ferramenta gerencial de engenharia simultânea, e análise de valor com simulações e uso de programas de informática avançados.

Como somos uma empresa de bens de capital mecânicos, consideramos que um dos nossos melhores indicadores é o aumento da produtividade, que pode ser observado pela otimização continua do ciclo produtivo proporcionando competitividade em âmbito nacional e internacional.

Os trabalhos desenvolvidos em conjunto com empresas estrangeiras renomadas permitem um incremento no “know how” e inovação em nossa empresa, bem como a capacitação necessária para o sucesso em novas oportunidades de negócio.

Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

Ao final do exercício dessas Demonstrações Financeiras, as apólices vigentes abrangiam cobertura de riscos diversos com limite máximo de indenização de R\$ 51.000 referente às instalações e bens da planta industrial da Companhia em Sorocaba-SP e de R\$ 51.000 referente às instalações e bens da controlada Duraferro Indústria e Comércio Ltda., além de seguros compreensivos para parte dos veículos da Companhia e suas controladas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

b. características do processo de distribuição

Equipamentos sob Encomenda:

Como as vendas são de acordo com as especificações dos clientes, não são produtos seriados e, portanto, não existem estoques de produtos acabados, sendo que o transporte dos mesmos é feito principalmente através da malha rodoviária para o mercado interno e países vizinhos do cone sul e por via marítima para demais mercados em exportação.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Equipamentos sob Encomenda:

Os clientes dessa área estão distribuídos em vários campos de atividades, entre os quais podemos destacar os seguintes:

Empresas Geradoras de Energia, Usinas Siderúrgicas, Terminais Portuários, Empresas Mineradoras, Empresas Portuárias, Empresas de Produção e Refino de Petróleo e Tratamento de Gás e Indústrias em geral que necessitem de equipamentos de movimentação de cargas pesadas.

Não existe controle de preços.

O mercado de atuação é aberto e competitivo não existindo nenhum com participação predominante, havendo uma acirrada atuação de empresas estrangeiras, inclusive naquelas concorrências para o mercado interno.

No mercado de bens de capital dependemos fundamentalmente de financiamentos aos nossos clientes ou a nossa própria empresa, que geralmente são obtidos em órgãos de financiamento nacional e internacional.

ii. condições de competição nos mercados

Equipamentos sob Encomenda:

A Empresa é fabricante de bens de capital sob encomenda, envolvendo tecnologia própria ou de empresas internacionais, com as quais mantemos relacionamento comercial.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O total da carteira de encomendas consolidada (Controladora e Controladas), representada pela receita líquida de contratos a executar, encerrou o ano de 2025 com R\$ 101,8 milhões. Em 2024 foi de R\$ 125,2 milhões. A Controladora registrou R\$ 84,2 milhões em 2025 (R\$ 78,4 milhões em 2024)

Em 2025, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 2,3%, após crescimento de 3,4% em 2024. A indústria cresceu 1,4%, serviços 1,8% e a agropecuária 11,7% (IBGE).

A produção física da indústria nacional em 2025 aumentou 0,6% e ainda acumula queda de 16,3% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011 (IBGE). A categoria de bens de capital geral teve queda de 1,5% e a categoria especial de bens de capital não seriados para fins industriais cresceu 1,6%, embora tenha acumulado perdas de 33,2% nos últimos 5 anos e de 55,6% desde 2011 (IBGE).

As áreas de equipamentos de movimentação de carga para mineração, usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram com baixos níveis de investimentos em novas unidades.

O crédito bancário continua altamente seletivo.

Equipamentos sob Encomenda por tipo de aplicação:

METALURGIA:

Equipamentos para indústria metalúrgica/siderúrgica e suas partes:

- Pontes Rolantes de aciaria “*heavy duty*”;
- Pontes e Pórticos Rolantes para aplicação em Processo Siderúrgico;
- Peças e partes para Coqueiras e Laminadores;
- Painéis de gusa (hot metal) e de aço líquido (*teeming*);
- Calhas de sucata;
- Mesas de rolos e de transferência;
- Carros de transferência de painéis, de placas e de bobinas.

Nossa capacitação técnica nos permite participar no fornecimento de equipamentos para ampliação e modernização dos vários segmentos da indústria nacional.

Nesse mercado, nossos principais concorrentes são as seguintes empresas:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

NACIONAIS	ESTRANGEIROS
DELP	DANIELI
MAUSA	KONECRANES
IESA	
FERRO	

ENERGIA:

Equipamentos hidromecânicos e de levantamento, destinados à geração de energia em Usinas Hidrelétricas, tais como: comportas, grades, máquinas limpa-grades, condutos forçados, pontes e pórticos rolantes, servomotores, escadas de peixes, partes e peças para turbinas e geradores eólicos e hidráulicos, equipamentos e peças para usinas termonucleares, etc.

A possibilidade de novas encomendas é ampliada com as licitações para novas concessões na área de energia.

Nesse mercado, nossos principais concorrentes são as seguintes empresas:

NACIONAIS	ESTRANGEIROS
DELP	KONECRANES
HIDROSERVICE	
IESA	

MINERAÇÃO:

Em função das crescentes exportações de minério de ferro produzido no Brasil, principalmente para a China, esta área possui historicamente importante participação na carteira de encomendas da empresa que fornece para este mercado empilhadeiras e recuperadoras de diversos tipos, sistemas viradores de vagões, transportadores de correias, alimentadores de sapatas, moegas móveis e carregadores de navios.

NACIONAIS	ESTRANGEIROS
IESA	FAN
	DALIAN

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

PETRÓLEO E GÁS:

Em função dos significativos investimentos realizados pela PETROBRAS nas última décadas e que permanecerão sendo realizados ainda nos por um período considerável, mesmo considerando a transição energética, continuamos tendo uma dedicação especial às oportunidades nesta área principalmente no projeto e fabricação de Vasos de Pressão, Reatores e Colunas de Processo, Tanques, Trocadores de Calor Skids de Processo, Estruturas Offshore e Equipamentos para movimentação e armazenagem de coque de petróleo.

NACIONAIS	ESTRANGEIROS
DELP	AGUILAR Y SALAS
JARAGUÁ	LARSEN & TOUBRO (Índia)
IESA	BELELLI
ASVOTEC	
EBSE	
NUCLEP	

SERVIÇOS:

A área de serviços da Bardella atua na prestação de serviços industriais e de pós venda, bem como dispõe de equipe e recursos adequados para o atendimento de seus clientes, com os seguintes focos:

Serviços Industriais

A fim de aproveitar o máximo de sua capacidade industrial, a Bardella fornece ao mercado serviços de usinagem, caldeiraria e pré-montagem de fábrica em condições de qualidade similares à produção de seus próprios equipamentos. Esta área tem intensificado sua atuação para atender a atual demanda dos mercados em que atuamos, atualmente com destaque na usinagem de peças para geradores eólicos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Fabricação conforme desenho

Manufaturamos componentes e peças para equipamentos de fabricação Bardella (reposição) ou de terceiros, atualmente com destaque na fabricação de peças para geradores eólicos.

Serviços em Geral

Profissionais qualificados prestam serviços de engenharia, assistência técnica, diagnósticos, manutenção de equipamentos, supervisão e treinamentos específicos de acordo com a necessidade de nossos clientes.

Modernização, Repotenciamento e Reforma de Equipamentos de Movimentação e Transporte de Cargas

A Bardella dispõe ainda de equipe especializada para reformar, repotencializar e modernizar pontes e pórticos rolantes de grande porte e/ou serviço "heavy duty".

d. eventual sazonalidade

Não aplicável à Companhia.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

- i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável.**

Relação normal cliente / fornecedor. Não estão sujeitos a regulação governamental.

- ii. eventual dependência de poucos fornecedores**

No Brasil existem poucos fornecedores da principal matéria prima para a manufatura de equipamentos sob encomenda, ou seja, chapas grossas de aço, forjados e determinados componentes elétricos e mecânicos, entretanto, a Companhia monitora fornecedores internacionais com o objetivo de antecipar-se a eventual escassez interna desses insumos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

iii. eventual volatilidade em seus preços

Os preços do aço seguem o mercado internacional, entretanto, a Companhia procura antecipar-se a movimentos de preços, utilizando-se de importações, caso necessário e quando possível. A mesma política é utilizada na aquisição de componentes ou peças.

É importante salientar que eventuais aumentos de preço em chapas, componentes ou peças impactam diretamente nos custos de produção. Os reajustes de preços de bens de capital ocorrem a cada período de 12 (doze) meses a partir da data base contratual, conforme legislação em vigor e, em alguns casos, não capturam completamente os aumentos de insumos e matérias primas.

1.5 Principais clientes

Clientes	2025		2024		2023	
	Receita Líquida		Receita Líquida		Receita Líquida	
Companhia Siderúrgica Nacional - CSN	22.045	45,86%	15.338	46,36%	-	0,00%
Jirau Energia S/A	8.137	16,93%	-	0,00%	-	0,00%
Cia, de Ferroligas da Bahia - FERBASA	-	0,00%	-	0,00%	2.767	10,73%
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A	7.206	14,99%	-	0,00%	-	0,00%
Eletrobrás Eletronuclear S/A	57	0,12%	1.350	4,08%	-	0,00%
SEINFRA-CE	-	0,00%	-	0,00%	19.999	77,55%
Diversos	10.627	22,11%	16.398	49,56%	3.021	11,72%
Receita Líquida Total	48.072		33.086		25.787	

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

A Companhia não tem encontrado dificuldades quanto às licenças ambientais e de funcionamento de suas plantas.

- b. política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

POLÍTICA DE GESTÃO INTEGRADA – MEIO AMBIENTE

Respeitar o meio ambiente, prevenir e combater a poluição, através do controle dos aspectos ambientais significativos das nossas atividades, produtos e serviços.

- c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

A Bardella não tem dependência tecnológica de nenhuma companhia estrangeira para projeto e desenvolvimento de sua linha de produtos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**

A Companhia não possui receitas em outros países.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Não aplicável

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

A Companhia não divulga informações socioambientais.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Não aplicável.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Em decorrência do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, em 21/07/2022 foi homologada a arrematação da UPI 2 – BARDELLA – Guarulhos – aços. Em 21/09/2022 foi homologada a arrematação da UPI 1 – BARDELLA – Fábrica de Guarulhos - Mecânica (ver Nota Explicativa 31).

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital**1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital**

Não houve nenhuma operação societária na Companhia no ano de 2025.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 Acordos de acionistas

Em 31/12/2025 não havia acordo de acionistas arquivados na sede do emissor.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não há alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não Aplicável.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 Outras informações relevantes

A Companhia não possui outras informações que julgue relevantes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia e suas controladas BAREFAME Instalações Industriais Ltda., DURAFERRO Indústria e Comércio Ltda. e BARDELLA Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., estão em processo de recuperação judicial desde 26/07/2019.

Continuidade operacional

A Companhia continua com suas atividades operacionais concentradas em sua unidade operacional de Araras - SP, com nível ainda baixo de ocupação.

A variação do número de colaboradores visa adequar os custos e demais despesas operacionais de cada unidade ao atual tamanho da carteira de encomendas.

A administração mantém-se focada na redução de custos e despesas operacionais, realização de valores a receber de clientes, entre outras, com o objetivo de melhorar as disponibilidades de capital de giro e de garantias financeiras, as quais são fundamentais para possibilitar o crescimento da carteira de pedidos/encomendas de clientes.

A Companhia contou também com apoio de terceiras partes relacionadas, através de mútuos tomados.

Apesar das austeras medidas que a administração vinha tomando e, pelo motivo da baixa atividade operacional, a Companhia enfrentou dificuldades para manter seus compromissos. Tais dificuldades levaram a administração a apresentar, em 26 de julho de 2019, pedido de recuperação judicial, abrangendo a Controladora e algumas de suas controladas.

Em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 08 de março de 2021, foi aprovado o plano de recuperação judicial, cujas informações foram disponibilizadas nos sites da CVM e B3 através de Comunicado ao Mercado. A homologação ocorreu em decisão judicial de 10 de maio de 2021. Em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 29 de novembro de 2021, foi aprovado um Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, com alteração da cláusula 9.2 – Classe II – Credores com garantia real, o qual foi homologado em 16 de dezembro de 2021, cuja homologação foi publicada em 21/01/2022.

Em decorrência do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, com relação às vendas das UPIs, os fatos mais importantes foram: a) Em 21/07/2021 foi homologada a arrematação da UPI 2 – BARDELLA Guarulhos – Aços; b) Em 26/07/2022 foi enviado à CVM o Comunicado ao Mercado sobre pagamentos efetuados a credores trabalhistas; c) Em 21/09/2022 foi homologada a arrematação da UPI 1 – BARDELLA – Fábrica de Guarulhos – Mecânica (ver Nota Explicativa 31); d) Em 18/05/2023 foi arrematada a UPI 5 – Casa Itajobi. Ver Nota Explicativa 31.

Em 24 de julho de 2025, a Companhia e suas Controladas em recuperação judicial concluíram as negociações e encontra-se em vigor o Acordo de Transação Tributária Individual firmado com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (ver Nota Explicativa 33 – Transação Tributária Individual).

A Administração da Companhia avaliou os eventos subsequentes até o dia 25 de março de 2026, que também é a data de autorização de emissão dessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Nota Explicativa n. 34).

PLANO DE AÇÃO PARA REVERSÃO DE PREJUÍZOS ACUMULADOS

O Plano de Recuperação Judicial da BARDELLA e suas controladas em recuperação judicial, aprovado pelos credores e em cumprimento, resumidamente apresenta os seguintes pontos:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A - PERSPECTIVAS DE MERCADO

Na medida em que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia vem se concretizando os credores estão sendo pagos, as demonstrações financeiras começam a refletir esta evolução, as disponibilidades para capital de giro também começam a ser incrementadas, assim como, o acesso à garantias financeiras, formatando um conjunto de condições essenciais para a obtenção de novos contratos, que permitirão a recuperação plena da Companhia e a continuidade de seus negócios.

Neste sentido, a Companhia torna-se apta a voltar aos seus principais mercados de atuação, fornecendo equipamentos, peças de reposição e serviços, nos quais possui tecnologia e acervo técnico incomparáveis, podendo oferecer soluções integradas a seus clientes.

Os mercados em que a Companhia atua, apresentam características distintas de desenvolvimento, permitindo que mesmo quando um dos segmentos apresente baixa de investimentos, outros segmentos podem estar se desenvolvendo, possibilitando que os níveis de carteira de pedidos e ocupação possam ser mantidos.

Atualmente, os principais segmentos de mercado em que a Companhia atua demonstram as seguintes possibilidades e perspectivas:

- Mineração: Este segmento apresenta diversas possibilidades de expansão nos próximos anos, principalmente na área de minério de ferro, no qual a Companhia possui inúmeras referências fornecendo diversos tipos de equipamentos, sendo um mercado onde o Brasil possui vantagens competitivas incomparáveis, permitindo aos nossos clientes programas de constante expansão de produção. Novos investidores também desenvolvem projetos de grande vulto no momento, demonstrando fortes perspectivas de investimentos nos próximos anos.
- Metalurgia: Apesar das incertezas no crescimento no consumo de aço mundial, frente a possibilidade de uma redução de demanda, nossos clientes no Brasil possuem planos de manutenção e revitalização de seus ativos, com previsão de contratação forte de serviços de retrofit e substituição de equipamentos, principalmente de Pontes Rolantes de Processo, onde a Companhia possui excelentes referências.
- Petróleo e Gás: A Petrobras e as novas Companhias entrantes no mercado de Petróleo & Gás, continuam investindo fortemente na produção offshore, contratando novas plataformas e instalações submarinas, para as quais a Companhia possui importante capacidade fabril e experiência comprovada na fabricação de equipamentos de processo produzidos em aços especiais de altíssimo valor agregado.
- Energia: A Companhia é especializada na produção de equipamentos para usinas hidrelétricas, tendo participado de praticamente todos os empreendimentos de grande porte instalados país. As pressões para produção de energia limpa e com capacidade para atendimento da demanda de consumo em horários de pico, certamente exigirão a breve retomada dos investimentos na construção de novas usinas hidrelétricas, fundamentais para segurança energética do país. Nossos equipamentos estão presentes nas maiores usinas brasileiras e a Companhia possui o único laboratório privado de hidráulica do país capaz de reproduzir testar em modelo reduzido os diversos tipos de equipamentos hidromecânicos utilizados em barragens, eclusas e usinas hidrelétricas.
- Geral
 - o Com o presente plano se espera manter a fonte produtora, o emprego e zelar pelos interesses dos credores, promovendo assim a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica, consoante o artigo 47 da Lei 11.101/2005.
 - o Os produtos do Grupo BARDELLA continuam tecnicamente atualizados e sua rede de parceiros tecnológicos internacionais está pronta para atuar em qualquer novo desafio que venha a surgir. A mão de obra é especializada e confiável e, apesar da necessidade de redução do efetivo, o grupo permanece em contato com seus obreiros para que em projetos futuros sejam os primeiros a retornar a seus postos de trabalho. Os clientes e parceiros nacionais permanecem fiéis apoiando o Grupo BARDELLA.
 - o O grupo BARDELLA apresentou em 2025 receita líquida operacional de R\$ 48,07 milhões. Com a retomada da economia nos próximos anos, seguirá com crescimento em sua receita e melhoria de seus resultados e fluxo de caixa, iniciando a reconstituição de seu capital de giro que foi consumido durante a crise.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

B - ALIENAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS ISOLADAS – UPIs

- UPI 1 – Fábrica Guarulhos – Mecânica – Arrematada em 2022
- UPI 2 – Bardella Guarulhos – Aços – Arrematada em 2022
- UPI 3 – Fábrica Sorocaba
- UPI 4 – Terreno São Mateus – Arrematado em 2021
- UPI-5 – Casa Itajobi – Arrematada em 2023
- UPI 6 – Cotas em participação IMMA
- UPI 7 – Bardella Óleo e Gás – Marca
- UPI 8 – Bardella Metalurgia – Marca
- UPI 9 – Bardella Mineração – Marca
- Geral
 - o As UPIs estão devidamente descritas e caracterizadas em Laudos de Avaliação, elaborados especialmente para o fim de alienação, nos termos do artigo 60 da Lei 11.101/2005.
 - o Todos os detalhes para alienação das UPIs estão descritos no Plano de Recuperação Judicial.
 - o Destinação dos recursos obtidos com a alienação das UPIs: O uso dos recursos provenientes das alienações das UPIs deve ser disponibilizado de maneira que, após o pagamento ao detentor da garantia real sobre o imóvel em que esteja constituída a UPI vendida, com os deságios e demais condições de pagamento aprovada para tais credores, os recursos remanescentes serão utilizados para pagamento dos credores trabalhistas constituídos na Classe I, observados os deságios e demais condições de pagamento aprovadas para esses credores. Caso remanesça saldo, este comporá o fluxo de caixa destinado ao pagamento dos demais credores e à recomposição do capital de giro das Recuperandas.

C - PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES CONSOLIDADA

- Classe I – Credores trabalhistas: Em conformidade com o artigo 54 da Lei 11.101/05, os créditos de origem trabalhista que constam da relação de credores serão pagos dentro do prazo de um ano, a contar da data de homologação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ), já os créditos trabalhistas decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado na justiça especializada, serão pagos dentro do prazo de um ano a contar da data de publicação da homologação do PRJ ou na data do trânsito em julgado, o que ocorrer depois, em ambas as hipóteses, observado a disposição do Plano de Recuperação Judicial aprovado.
 - o Créditos Trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários mínimos por trabalhador, vencidos nos três meses anteriores ao ajuizamento. Forma de pagamento: 30 dias a contar da data de publicação da homologação do Plano de Recuperação Judicial.
 - o Credores trabalhistas que aceitarem liquidar seu crédito por até R\$ 5.000,00, respeitado o limite do valor de cada crédito trabalhista. Forma de pagamento: 30 dias a contar da data de publicação da homologação do Plano de Recuperação Judicial.
 - o Pagamento do montante equivalente a 80% do crédito trabalhista, por opção de cada credor, limitado a 150 salários mínimos vigentes à época da publicação da homologação do Plano de Recuperação Judicial, descontados eventuais valores pagos nos termos dos itens anteriores, corrigido monetariamente pela variação da Taxa Referencial, acrescidos da taxa de juros de 1% ao ano, incidentes desde a data do pedido da recuperação judicial até a data do efetivo pagamento.
 - Em 22/07/2022 foram pagos os credores trabalhistas que se encontravam em situação regular quanto à informação de seus dados bancários e optaram por esta opção de recebimento dos seus créditos, conforme comunicado ao mercado naquela data.
 - o Caso o credor possua habilitado na lista de credores montante acima de 150 salários mínimos, o excedente será pago em condições de pagamento equivalente às condições de pagamento dos créditos Classe III – Credores Quirografários.
- Classe II – Credores com garantia real: Os credores com garantia real serão pagos com o produto da venda de suas garantias reais, UPIs 1, 2 ou 3, sendo que seus créditos sofrerão 78% de deságio. Os pagamentos aos credores serão realizados no prazo de até 36 meses contados a partir da data de homologação do Aditivo ao Plano de Recuperação ou de acordo com os recebimentos auferidos pela

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

venda de suas garantias em formato de Unidades Produtivas Isoladas (UPIs), conforme cláusulas do Plano de Recuperação Judicial, o que ocorrer primeiro, de acordo com o Artigo 60 da Lei 11.101/2005, remunerados e corrigidos pela taxa fixa de juros e encargos de 0,5% a. m. também contados a partir da data de homologação do Aditivo.

- Classe III – Credores Quirografários:
 - o Os credores quirografários serão quitados da seguinte forma:
 - Prazo de pagamento: 13 anos
 - Carência de principal e de encargos: 24 meses
 - Encargos: TR + 2% ao ano
 - Amortização:
 - Parcelas 1 a 8: 1,25% ao ano
 - Parcelas 9 a 16: 1,88% ao ano
 - Parcelas 17 a 26: 2,50% ao ano
 - Bônus de Adimplemento de 75%. Uma vez honrados os saldos devedores até a última parcela, o saldo remanescente de 75% será considerado quitado como bônus de adimplemento.
 - o O plano de Recuperação prevê condições específicas para Credores parceiros e Estratégicos e para pagamento de valor fixo dentro da Classe Quirografários.
 - o Classe IV – Credores Microempresas e Empresas de Pequeno Porte serão quitados da mesma forma que os credores quirografários, prevendo condições específicas para Credores parceiros e para pagamento de valor fixo dentro da Classe IV.

Alertamos que este resumo das condições constantes do Plano de Recuperação Judicial considera apenas os pontos mais importantes correlacionados com a recuperação financeira e de resultados da Companhia e não substitue o Plano de Recuperação Judicial completo, aprovado pelos credores e homologado judicialmente, o qual encontra-se nos autos do processo judicial 1026974-06.2019.8.26.0224.

Além das condições previstas no Plano de Recuperação Judicial conforme resumo acima, a Lei 11.101/2005, prevê condições especiais para tributação de PIS, Cofins, IRPJ e CSLL sobre a receita ou ganhos obtidos com renegociação de dívidas e ganho de capital resultante da alienação judicial de bens ou direitos pela pessoa jurídica em recuperação judicial. Tais condições permitem melhor aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido(CSLL), preservando de melhor forma a situação financeira das recuperandas.

As dívidas tributárias estão sendo parceladas para pagamentos a longo prazo, tendo sido concluída a negociação com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no âmbito da Portaria PGFN 2.382/2021, que abrange a Controladora e as Controladas em recuperação judicial e trata dos débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS de responsabilidade de contribuintes em processo de recuperação judicial.

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pelos credores e homologado judicialmente, conforme informações disponibilizadas ao mercado a cada evento importante. Todas as medidas elencadas, entre outras ainda em estudo, estão em andamento e visam a recuperação de sua condição financeira, a fim de superar a fase de recuperação judicial e a preparação da Companhia para voltar a atuar de maneira competitiva no mercado de bens sob encomenda, com a geração de lucros e a recuperação de seu patrimônio líquido.

Ressalte-se que, como sucede com qualquer planejamento, seu efetivo resultado está sujeito a inúmeros fatores, muitas vezes alheios ao controle de quem o está implantando. O risco é inerente a qualquer empreendimento. É absolutamente eliminá-lo totalmente. Por esse motivo, de forma transparente, procurou-se adotar premissas cautelosas a fim de não comprometer a realização e o esforço conjunto a ser empreendido.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b) Estrutura de capital

Espécie de Ações	Quantidade de ações	a) capital emitido (em R\$ Mil)	b) capital subscrito (em R\$ Mil)	c) capital integralizado (em R\$ Mil)	d) prazo para integralização
Ordinárias	607.192	44.325	44.325	44.325	integralizado
Preferenciais	992.808	72.474	72.474	72.474	integralizado
Total	1.600.000	116.800	116.800	116.800	integralizado

Não existe intenção de a Companhia efetuar resgate de ações.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia e suas controladas BAREFAME Instalações Industriais Ltda., DURAFERRO Indústria e Comércio Ltda. e BARDELLA Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., estão em processo de recuperação judicial desde 26/07/2019 e estão cumprindo o Plano de Recuperação Judicial.

Aprovação do Plano de Recuperação Judicial

Em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 08 de março de 2021, foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de suas controladas em recuperação judicial, tendo sido o fato comunicado ao mercado conforme abaixo, cujo comunicado está disponível do site da CVM (www.cvm.gov.br):

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

COMUNICADO AO MERCADO

BARDELLA S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS – Em recuperação judicial (“BARDELLA”), vem informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de suas controladas BAREFAME INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. – Em Recuperação Judicial, DURAFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. – Em Recuperação Judicial e BARDELLA ADMINISTRADORA DE BENS E EMPRESAS E CORRETORA DE SEGUROS LTDA. – Em Recuperação Judicial, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada nesta data.

O Plano será submetido à homologação perante o Juízo da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos, Estado de São Paulo, nos termos da Lei no 11.101/05. A íntegra do Plano e a ata da Assembleia Geral de Credores encontram-se disponíveis no site da CVM (<http://cvm.gov.br>).

A Bardella manterá seus acionistas e o mercado informados sobre a evolução dos eventos relacionados ao processo de Recuperação Judicial, assim como à implementação do Plano na forma da legislação e regulamentação vigentes.

Guarulhos, 08 de março de 2021.

José Roberto Mendes da Silva

Diretor de Relações com Investidores

O Plano de Recuperação Judicial foi homologado em decisão de 10 de maio de 2021.

Em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 29 de novembro de 2021, foi aprovado Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, o qual foi homologado em 16 de dezembro de 2021, com alteração da cláusula 9.2 – Classe II – Credores com garantia real, cuja publicação da homologação ocorreu em 21/01/2022.

Em 21/07/2022 foi homologada a arrematação da UPI2 – BARDELLA – Guarulhos – Acos tendo sido publicado o seguinte “Fato Relevante”:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS

Companhia Aberta CNPJ no 60.851.615/0001-53

FATO RELEVANTE

A **BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS** (B3: BDLL3 e BDLL4) (“Bardella” ou “Companhia”), em atendimento ao art. 157, §4º da Lei no 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM nº 44/2021, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, conforme o aditivo do Plano de Recuperação Judicial aprovado na Assembleia Geral de Credores realizada no dia 08/03/2021 e homologado em 10/05/2021, complementado pelas R. Decisões de 10/06/2021 e 16/06/2021, expedido nos Autos da Recuperação Judicial de BARDELLA S/A Indústrias Mecânicas – Em Recuperação Judicial (“Bardella”) – Processo Nº 1026974-06.2019.8.26.0224, em trâmite perante a 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos – Estado de São Paulo, em 21/07/2022 foi publicada no referido processo a homologação da proposta de arrematação da UPI 2 – BARDELLA Guarulhos – Aços, arrematada pela empresa AÇOVISA Indústria e Comércio de Aços Especiais Ltda. – CNPJ 00.987.098/0001-12, em leilão realizado no dia 06/07/2022, no valor de R\$ 41.800.000,00 (quarenta e um milhões e oitocentos mil reais).

Guarulhos, 21 de julho de 2022.

DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

Eduardo Fantin

Em 26/07/2022 foi enviado à CVM o seguinte “Comunicado ao Mercado”:

COMUNICADO AO MERCADO

BARDELLA S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS – Em recuperação judicial (“BARDELLA”), vem informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em cumprimento do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de suas controladas BAREFAME INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. – Em Recuperação Judicial, DURAFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. – Em Recuperação Judicial e BARDELLA ADMINISTRADORA DE BENS E EMPRESAS E CORRETORA DE SEGUROS LTDA. – Em Recuperação Judicial, em 22/07/2022 foram pagos os credores trabalhistas que encontravam-se em situação regular quanto à informação de seus dados bancários e que optaram pelo recebimento de seus créditos constantes da Lista de Credores conforme a respectiva cláusula **9.1.3 – Opção B – Credores Trabalhistas** - *Pagamento do montante equivalente a 80% (oitenta por cento) do crédito trabalhista, limitado a 150 salários mínimos vigentes à época da publicação da homologação do Plano de Recuperação Judicial, descontados eventuais valores pagos nos termos da Cláusula 9.1.4, corrigido monetariamente pela variação da Taxa Referencial, acrescidos de taxa de juros de 1% (um por cento) ao ano, incidentes desde a data do pedido da recuperação judicial até a data do efetivo pagamento. Caso o credor possua habilitado na lista de credores montante acima de 150 salários mínimos, o excedente será pago em condições de pagamento equivalentes às condições de pagamento dos créditos Classe III, descritas no item 9.3 do Plano de Recuperação Judicial.*

GUARULHOS, 25 de Julho de 2022

Eduardo Fantin

Diretor de Relações com investidores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 21/09/2022 foi homologada a arrematação da UPI1 – BARDELLA – Fábrica de Guarulhos – Mecânica, tendo sido publicado o seguinte “Fato Relevante”:

BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Companhia Aberta CNPJ no 60.851.615/0001-53

FATO RELEVANTE

A **BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS** (B3: BDLL3 e BDLL4) (“Bardella” ou “Companhia”), em atendimento ao art. 157, §4o da Lei no 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM nº 44/2021, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, conforme o aditivo do Plano de Recuperação Judicial aprovado na Assembleia Geral de Credores realizada no dia 08/03/2021, homologado em 10/05/2021, complementado pelas R. Decisões de 10/06/2021 e 16/06/2021 e pelo aditivo homologado em 16/12/2021, expedidos nos Autos da Recuperação Judicial de BARDELLA S/A Indústrias Mecânicas – Em Recuperação Judicial (“Bardella”) – Processo Nº 1026974-06.2019.8.26.0224, em trâmite perante a 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos – Estado de São Paulo, em 19/09/2022 foi publicada no referido processo a homologação da proposta de arrematação da UPI 1 – FÁBRICA DE GUARULHOS - MECÂNICA, arrematada pela empresa AÇOVISA Indústria e Comércio de Aços Especiais Ltda. – CNPJ 00.987.098/0001-12, em leilão realizado no dia 04/08/2022, no valor de R\$ 68.000.100,00 (sessenta e oito milhões e cem reais) e condições de pagamento especificadas na referida proposta.

Guarulhos, 20 de setembro de 2022.

DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

Eduardo Fantin

Em 18/05/2023 ocorreu a arrematação extrajudicial da UPI5 – Casa Itajobi, pelo valor de R\$ 1.278.000,00 (um milhão, duzentos e setenta e oito mil reais), pela empresa Ekoaa Consultoria e Gestão Empresarial Eireli – CNPJ 28.923.959/0001-18, cuja arrematação foi homologada em 25/05/2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes utilizadas

	Taxa média anual de juros dos contratos	Vencimentos dos Contratos	Taxa média anual de juros conforme Plano de Recuperação Judicial	Vencimentos conforme Plano de Recuperação Judicial	Controladora		Consolidado	
					31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
B. Brasil - Finaime Imobilizado	5% aa	15/07/2024	0,5% am fixo	20/08/2026	510	501	510	501
Sub-total					510	501	510	501
B. Itaú - Capital de Giro	CDI+3,00%aa	28/05/2019	TR + 2% aa	21/07/2036	2.491	2.498	2.491	2.498
B. Bradesco - Capital de Giro (inclusos)		30/11/2036	-	-	918	932	918	932
B. Santander - Capital de Giro	CDI+3,40%aa	27/05/2019	TR + 2% aa	21/07/2036	2.315	2.322	2.315	2.322
B. Brasil - Capital de Giro	CDI+2,00%aa até 12/20 e CDI+3,00%aa após	15/06/2025	0,5% am fixo	20/08/2026	169.145	166.225	169.145	166.225
B. Fibra	CDI	31/05/2026	-	-	5.232	10.616	5.232	10.616
Capital de Giro Sub-total					180.101	182.593	180.101	182.593
Total Geral:					180.611	183.094	180.611	183.094
Parcela Circulante					174.984	177.440	174.984	177.440
Parcela não circulante					5.627	5.654	5.627	5.654
Juros incorridos no mesmo período de cada ano					4.861	6.286	4.861	6.286

Os financiamentos originalmente contratados com o Banco do Brasil S.A., atualmente têm como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Sorocaba, no valor contábil de R\$ 82.000. Os valores utilizados em conta garantida do Banco Fibra têm como garantia aplicações financeiras de controladas.

Cronograma de desembolsos - Não circulante

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		49.685	47.393	49.685	47.393
	Deságio/Bônus adimplência	125.298	130.047	125.298	130.047
		174.983	177.440	174.983	177.440
Não Circulante	2026		98		98
	2027	97	101	97	101
	2028	97	137	97	137
	2029	133	137	133	137
	2030	135	137	135	137
	Após	967	1.004	967	1.004
	Deságio/Bônus adimplência	4.199	4.040	4.199	4.040
		5.628	5.654	5.628	5.654
		180.611	183.094	180.611	183.094

O cronograma de desembolso leva em consideração, para os créditos concursais, as condições previstas no Plano de Recuperação Judicial, onde os créditos com garantia real contam com deságio de 78%, a serem pagos com o produto da venda de suas garantias reais, cujo deságio será computado por ocasião do adimplemento do pagamento único. Os créditos sem garantias (quirografários) estão sendo pagos em 26 parcelas semestrais e contam com bônus de adimplência após a quitação total (deságio) de 75%.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Adiantamento de clientes	69.035	66.599	76.591	81.891
Adiantamento de partes relacionadas	169	169	169	169
	69.204	66.768	76.760	82.060
Não Circulante				
Adiantamento de clientes	23.075	23.075	23.075	23.075
	92.279	89.843	99.835	105.135

A conta “Adiantamento de clientes” está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda (Contratos de construção vide nota explicativa 7) e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente à receita reconhecida por meio do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, conforme previsto no CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

São as seguintes as fontes disponíveis para fabricantes de bens de capital:

- a) Financiamento ao fabricante: recursos obtidos junto ao BNDES para completar o fluxo de caixa de uma encomenda durante o período de fabricação.
- b) Investimentos em ativo imobilizado: linhas de financiamento Finame para máquinas e equipamentos e linhas de financiamento Finem para os demais investimentos fixos.
- c) Capital de Giro: financiamentos em bancos comerciais, bem como BNDES.

Devido à Companhia estar em recuperação Judicial, a possibilidade de utilização dessas fontes dependem da evolução do processo de recuperação e, conseqüentemente, da possibilidade de oferecer garantias.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

O endividamento da Companhia com Instituições Financeiras, para financiamento de capital de giro e imobilizado representa 38,4% do ativo total na Controladora e 45,8% consolidado, sujeito aos bônus de adimplência conforme item “d”.

- i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes
Ver item “d”
- ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras
Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras, exceto as decorrentes da Recuperação Judicial.
- iii. Grau de subordinação entre as dívidas
As garantias estão descritas no item “d”.
- iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.
As restrições atuais estão vinculadas ao processo de recuperação judicial.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos já contratados e seus vencimentos estão demonstrados no item 2.1, “d”.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas referentes ao exercício findo em 31/12/2025 e o comparativo com 31/12/2024.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas - Em Recuperação Judicial
(Companhia aberta)

Demonstrações do resultado do exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	23	15.623	3.888	48.072	33.086
Custos dos produtos vendidos e/ou dos serviços prestados	24	(15.661)	(5.722)	(42.983)	(28.800)
Lucro bruto		(38)	(1.834)	5.089	4.286
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	24	(1.093)	(1.260)	(1.890)	(2.189)
Despesas gerais e administrativas	24	(10.479)	(11.739)	(14.671)	(15.998)
Honorários e participação da administração	24	(3.250)	(2.872)	(3.389)	(2.872)
Resultado da equivalência patrimonial	13	(16.016)	(4.722)	(2.699)	(7.012)
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidos	25	6.539	3.986	(10.603)	7.131
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(24.337)	(18.441)	(28.163)	(16.654)
Receitas financeiras	26	7.743	6.101	8.884	7.272
Despesas financeiras	26	(21.331)	(23.522)	(30.151)	(30.618)
Resultado Financeiro Líquido		(13.588)	(17.421)	(21.267)	(23.346)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(37.925)	(35.862)	(49.430)	(40.000)
Imposto de renda e contribuição social		17.173	5.079	28.678	9.217
Corrente	9	-	-	(20)	(138)
Diferido	9	17.173	5.079	28.698	9.355
Prejuízo do período - Atribuído aos acionistas controladores		(20.752)	(30.783)	(20.752)	(30.783)
Prejuízo por ações por lote de mil ações (em reais):					
Básico	22	(12,97)	(19,24)	(12,97)	(19,24)
Diluído	22	(12,97)	(19,24)	(12,97)	(19,24)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Receita operacional líquida:

Em 2025, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 2,3%, após crescimento de 3,4% em 2024. A indústria cresceu 1,4%, serviços 1,8% e a agropecuária 11,7%.

A produção física da indústria nacional em 2025 aumentou 0,6% e ainda acumula queda de 16,3% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011 (IBGE). A categoria de bens de capital geral teve queda de 1,5% e a categoria especial de bens de capital não seriados para fins industriais cresceu 1,6%, embora tenha acumulado

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

perdas de 33,2% nos últimos 5 anos e de 55,6% desde 2011.

As áreas de equipamentos de movimentação de carga para mineração, usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram com baixos níveis de investimentos em novas unidades.

A receita líquida operacional consolidada atingiu R\$ 48,1 milhões em 2025 com crescimento de 45,3% em relação a 2024, quando registrou R\$ 33,1 milhões.

A margem bruta consolidada em 2025 situou-se em 10,6% (12,9% em 2024).

Despesas de Vendas, Administrativas, honorários e participações: As despesas de vendas, administrativas e honorários apresentaram queda de 6,6% na controladora e de 5,3% no consolidado.

Resultado financeiro líquido: O desempenho do resultado financeiro líquido deve-se às condições contratuais dos fluxos de caixa dos contratos de construção, ocorrências de atrasos de pagamentos por alguns clientes, volume e taxas de juros dos contratos de mútuos e financiamentos bancários, tanto concursais quanto extraconcursais, além de encargos sobre atraso de pagamento de tributos. As despesas financeiras em 2025 decorrem principalmente de juros sobre tributos em geral, tanto os relativos ao Acordo de Transação Tributária Individual firmado em 2025 junto à PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aqueles já parcelados. Apesar disso, as despesas financeiras tiveram queda de 9% (controladora) e 2% (Consolidado). O prejuízo financeiro líquido teve queda de 22% (Controladora) e de 9% (Consolidado), principalmente devido a juros ativos sobre a liberação de recursos decorrentes dos recebimentos da venda da UPI 1.

Resultado da equivalência patrimonial: O aumento do prejuízo na equivalência patrimonial em 2025, tanto na Controladora quanto no Consolidado, deve-se ao aumento de provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa e provisão para perdas com serviços em obras relativos à controlada Barefame Instalações Industriais Ltda. – Em Recuperação Judicial.

Outras despesas e receitas operacionais líquidas: A melhoria do resultado da Controladora em outras despesas operacionais em 2025 deve-se principalmente ao desconto de juros, multas e encargos sobre tributos decorrentes do Acordo de Transação Tributária Individual firmado com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. No Consolidado, o resultado negativo deve-se ao aumento de provisões sobre créditos de liquidação duvidosa e outras, entretanto, o aumento significativo em despesas operacionais deve-se principalmente a juros, multas e encargos sobre tributos envolvidos no Acordo de Transação Individual além do aumento de provisões sobre créditos de liquidação duvidosa e outras. A melhoria significativa em outras receitas operacionais deve-se principalmente ao desconto de juros, multas e encargos sobre tributos decorrentes do Acordo de Transação Tributária Individual.

Lucro/Prejuízo operacional: O prejuízo operacional consolidado (antes do imposto de renda e contribuição social) de R\$ -49,3 milhões deve-se ao baixo volume de receita líquida operacional da Controladora e Controladas, aos reflexos causados pelas dificuldades financeiras, e às demais ocorrências já explicadas nos itens anteriores.

Lucro/Prejuízo Líquido: Em 2025, a diminuição do prejuízo líquido do exercício em relação ao prejuízo operacional, deve-se a ajustes de estimativas referentes à utilização de imposto de renda e contribuição social diferidos. A reversão do prejuízo operacional em lucro líquido, causada pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, deve-se principalmente ao reconhecimento da utilização atual e futura de créditos fiscais diferidos, decorrentes de deságios, bônus de adimplência e descontos em dívidas sujeitas ao Plano de Recuperação Judicial, inclusive descontos e pagamentos de tributos relativos ao Acordo de Transação Tributária Individual.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas - Em Recuperação Judicial

(Companhia aberta)

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3	54	7.809	17.626
Contas a receber de clientes	6	89.546	113.079	100.934	137.961
Estoques	8	5.157	12.841	17.503	47.836
Tributos a recuperar	9	2.079	7.636	3.947	11.187
Distribuição de lucros a receber		12.260	-	-	-
Despesas antecipadas		93	58	144	124
Outros créditos	11	15.978	21.678	19.343	25.053
Total do ativo circulante		125.116	155.346	149.680	239.787
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	6	-	10.143	-	10.143
Adiantamentos a fornecedores nacionais	11	45.505	45.505	-	-
Mútuo com partes relacionadas	12	51.190	62.855	-	-
Títulos e valores mobiliários	10	-	-	4	4
Imposto de renda e contribuição social diferidos		66.543	109.291	72.351	119.042
Tributos a recuperar	9	2.072	-	2.072	-
Outros créditos	11	28.659	3.146	3.935	6.653
Total do realizável a longo prazo		193.969	230.940	78.362	135.842
Investimentos	13	30.061	44.067	20.375	23.074
Propriedades para investimento	13	90.920	90.920	90.920	90.920
Imobilizado	14	5.266	6.216	29.334	30.958
Intangível	15	24.470	24.470	24.917	24.502
Total Investimentos, Imobilizado e Intangível		150.717	165.673	165.546	169.454
Total do ativo não circulante		344.686	396.613	243.908	305.296
Total do ativo		469.802	551.959	393.588	545.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa: As variações das disponibilidades estão demonstradas na Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto conforme publicação das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Explicativas.

Contas a Receber de Clientes: Esta conta inclui a conta “Efeitos a Faturar” referente aos produtos sob encomenda – Contratos de Construção e registra a receita bruta reconhecida no resultado e proporcional aos custos da produção já realizada em relação ao desempenho total do contrato – método de insumos (nota explicativa 7 às Demonstrações Contábeis). O decréscimo de 21,0% na Controladora e 27% no Consolidado, além das condições de recebimentos contratuais, deve-se principalmente ao aumento das provisões para liquidação duvidosa e à condição de recebimento da venda da UPI 1 – Fábrica Guarulhos – Mecânica.

Estoques: O decréscimo de 60% na Controladora decorre da venda de matérias primas, do volume de operações e de provisões para “impairment”. O decréscimo de 63% no consolidado decorre do reflexo da variação da Controladora, do volume de operações da Companhia e da provisão para perdas com serviços em obras (Ver nota 8 às demonstrações financeiras).

Tributos a recuperar: A variação refere-se principalmente à movimentação e utilização créditos de ICMS, PIS, COFINS e IPI.

Juros s/ capital próprio, dividendos e lucros a receber – Nesta conta estão registrados os lucros a receber da Controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. – Em Recuperação Judicial. Devido à alteração na legislação em 2025 sobre distribuição de lucros, foi aprovado pelos sócios da Controlada a distribuição dos lucros a serem compensados com dívidas recíprocas entre Controladora e Controlada.

Outros Créditos: A variação de 31% para menos no Consolidado refere-se a aplicação de adiantamentos a fornecedores.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Mútuo com Partes Relacionadas: Refere-se às operações entre a controladora e controladas conforme nota explicativa 12 às Demonstrações Financeiras.

Contas a Receber de Clientes: Os valores são decorrentes da execução de contratos de construção de equipamentos e da variação dos prazos de recebimento, incluindo o dilatamento de prazos de execução e suspensão temporária de contratos de construção (ver nota explicativa 6 às Demonstrações Financeiras), bem como variações entre circulante e não circulante. Em 2025 foi complementada a provisão para créditos de liquidação duvidosa anulando a previsão de recebimento de créditos no não circulante.

Adiantamentos a fornecedores nacionais: Adiantamentos para aquisição de serviços, componentes e partes e peças principalmente de Controladas. Em 2025 não houve variação.

Títulos e Valores Mobiliários: Em 2025 não houve variação em relação a 2024 (Ver nota 10 às Demonstrações Financeiras).

Tributos a recuperar: Em 2025 os valores refletem a expectativa de recuperação dos tributos em relação ao estudo técnico mencionado no item seguinte.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferido: Refere-se a IR/CSLL diferido líquido da controladora e Controladas, reconhecidos para utilização, fundamentados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico (data base 31 de dezembro de 2024) aprovado pelos órgãos da Administração (ver nota 9b). A variação para menos em 39% refere-se à baixa de créditos principalmente utilizados em função do Acordo de Transação Tributária Individual firmado em 2025 com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Outros Créditos: A variação na Controladora refere-se à transferência de créditos fiscais diferidos entre Controladora e Controladas. No Consolidado a variação deve-se à movimentação de depósitos judiciais e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

outros.

Imobilizado: A variação deve-se à depreciação dos recursos empregados na manutenção da atividade da Companhia, transferências/reclassificações entre Imobilizado e Propriedades para Investimentos, quando aplicável, e vendas de bens do imobilizado (ver nota explicativa n. 14 às Demonstrações Contábeis).

Investimentos: A variação decorre da movimentação do patrimônio líquido das Controladas e Coligadas, cuja avaliação é feita pelo método da equivalência patrimonial, (ver nota 13b). Em 2025 a variação para menos na Controladora refere-se principalmente à aprovação de distribuição de lucros da Controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. Em Recuperação Judicial, além de equivalência patrimonial de controladas que realizaram prejuízos. No Consolidado a variação para menor de 32% decorreu da variação patrimonial da IMMA Indústria Metalúrgica Mecânica da Amazônia Ltda. (Ver nota “13 b” às Demonstrações Financeiras).

Propriedade para Investimentos: A variação decorre de ajustes a valor justo das propriedades para investimentos, transferências/ reclassificações entre Imobilizado e Propriedades para Investimento e vendas de Propriedades para Investimento. Não houve variação em 2025.

Intangível: A variação refere-se à aquisição e desenvolvimento de softwares necessários para utilização nas operações da Companhia. A variação de 2% para mais no Consolidado refere-se principalmente a aquisições realizadas em 2025.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas - Em Recuperação Judicial

(Companhia aberta)

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	174.984	177.440	174.984	177.440
Fornecedores	17	4.296	9.005	19.325	19.423
Obrigações fiscais	18	8.259	38.276	13.541	69.070
Imposto de renda e contribuição social		-	-	7.867	8.339
Obrigações sociais e trabalhistas	19	30.193	98.035	40.597	131.730
Adiantamentos de clientes	20	69.204	66.768	76.760	82.060
Outras contas a pagar		11.092	9.873	5.933	7.123
Total do passivo circulante		<u>298.028</u>	<u>399.397</u>	<u>339.007</u>	<u>495.185</u>
Não circulante					
Fornecedores		83.688	86.500	83.688	86.500
Adiantamento de clientes	20	23.075	23.075	23.075	23.075
Mutuo com partes relacionadas	12	150.960	147.156	116.112	109.342
Empréstimos e financiamentos	16	5.627	5.654	5.627	5.654
Provisão para demandas judiciais	21	8.160	8.320	10.566	10.795
Provisão para perdas invest. empr. controladas	13	92.273	78.003	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	-	1.697	1.711
Obrigações fiscais	18	11.092	6.262	20.239	11.132
Obrigações sociais e trabalhistas	19	17.150	6.301	23.357	7.829
Outras contas a pagar		<u>24.439</u>	<u>15.228</u>	<u>14.910</u>	<u>17.797</u>
Total do passivo não circulante		<u>416.464</u>	<u>376.499</u>	<u>299.271</u>	<u>273.835</u>
Patrimônio Líquido					
Capital social		116.800	116.800	116.800	116.800
Reservas de capital		2.964	2.964	2.964	2.964
Outros Resultados Abrangentes		100.161	100.383	100.161	100.383
Prejuízos acumulados		(464.615)	(444.084)	(464.615)	(444.084)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora	22	<u>(244.690)</u>	<u>(223.937)</u>	<u>(244.690)</u>	<u>(223.937)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>469.802</u>	<u>551.959</u>	<u>393.588</u>	<u>545.083</u>

PASSIVO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos: A variação refere-se à movimentação dos prazos de pagamento entre circulante e não circulante de um ano para o outro, além da incidência de juros e correção monetária, principalmente devido às condições previstas no Plano de Recuperação Judicial já aprovado e homologado (nota explicativa 16).

Fornecedores: A variação decorre do volume de operações, dilação de prazos de pagamento e movimentação entre circulante e não circulante, em decorrência da aprovação e homologação do Plano de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Recuperação Judicial. Em 2025 a variação na controladora decorre principalmente da aplicação de adiantamentos a fornecedores sobre o fornecimento por Controladas, de serviços, componentes, partes e peças.

Obrigações fiscais: A variação significativa para menos em 2025, tanto na Controladora como no Consolidado, decorre principalmente do Acordo de Transação Tributária Individual firmado pelas empresas do Grupo Bardella, que encontram-se em recuperação judicial, com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e a consequente redução da dívida transacionada devido a descontos em juros, multas e encargos, além da liquidação de parte da dívida com prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Imposto de renda e Contribuição Social: Em 2025 a variação é decorrente das apurações dos tributos a pagar das Controladas.

Obrigações Sociais e Trabalhistas: A variação decorre do volume de operações da Companhia, das programações de férias aos colaboradores, das verbas rescisórias a pagar, de parcelamentos de encargos a pagar e das condições previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como da movimentação entre circulante e não circulante. A variação em 2025 de -69% no consolidado refere-se principalmente ao Acordo de Transação Tributária Individual firmado pelas empresas do Grupo Bardella, que encontram-se em recuperação judicial, com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e a consequente redução da dívida transacionada devido a descontos em juros, multas e encargos, além da liquidação de parte da dívida com prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Adiantamento de Clientes: A variação decorre do volume de operações, da movimentação entre circulante e não circulante devido aos prazos de realização em função de suspensões temporárias, prorrogações das execuções de contratos de construção e do Plano de Recuperação Judicial, além das características dos cronogramas de recebimento e da execução dos produtos sob encomenda – Contratos de Construção (Vide nota 7).

Outras Contas a Pagar: Em 2025 a variação deve-se à principalmente movimentação de contas a pagar entre controladora e controladas.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Adiantamento de Clientes: Ver explicação no Circulante. Não houve variação em 2025.

Mútuos com partes relacionadas: Refere-se a empréstimos de mútuos tomados com partes relacionadas em função da necessidade e disponibilidade entre Controladora e Controladas ou outras partes relacionadas (Consolidado). A variação deve-se aos movimentos de pagamentos e entradas de recursos, principalmente extraconcursais, além da contabilização de encargos incidentes.

Empréstimos e financiamentos: A variação refere-se ao movimento entre circulante e não circulante, bem como à incidência de juros e correção monetária, inclusive de acordo com o previsto no Plano de Recuperação Judicial.

Fornecedores: A variação deve-se principalmente à movimentação entre não circulante e circulante e refletem o previsto no Plano de Recuperação Judicial.

Provisão para Demandas Judiciais: A variação refere-se à movimentação de valores provisionados decorrentes da classificação de riscos e do volume de processos ativos e encerrados em cada exercício (ver Nota 21).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Provisão para perdas de investimentos em controladas: Refere-se às perdas com investimentos em controladas com prejuízos acumulados que superam o valor do investimento. As variações decorrem dos lucros ou prejuízos gerados por controladas nesta situação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Refere-se à provisão de IR e CSL sobre o saldo de ajuste de avaliação patrimonial decorrentes da atribuição de novo custo a certas classes do ativo imobilizado, bem como, de ajuste a valor justo de investimentos. A variação deve-se à realização por depreciação, venda ou baixa desses ativos e de variações sobre o saldo de ajustes de ativos avaliados a valor justo, principalmente propriedades para investimentos, além da movimentação dos créditos diferidos (nota explicativa "9b" às Demonstrações Financeiras).

Obrigações Fiscais: A variação deve-se ao volume de operações da Companhia e suas controladas e à movimentação entre não circulante e circulante referentes aos parcelamentos das dívidas tributárias (ver também explicação do não circulante).

Obrigações Sociais e Trabalhistas: A variação refere-se principalmente às movimentações entre circulante e não circulante em decorrência das condições de pagamento dos parcelamentos e prazos relacionados ao Plano de recuperação judicial (ver também explicação do não circulante).

Outras Contas a Pagar: Refere-se a dívidas habilitadas na Recuperação Judicial e transferências de créditos de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL em função do ao Acordo de Transação Tributária Individual.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: Sem variação.

Reservas de Capital: Sem variação.

Outros Resultados Abrangentes / Ajustes de Avaliação Patrimonial: Nesta conta estão registrados os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da atribuição de novo custo a certas classes do ativo imobilizado e do valor justo relativo a títulos e valores mobiliários, inclusive os respectivos reflexos das equivalências patrimoniais das investidas. Estão registradas também os ajustes a valor justo das propriedades para investimento em seu reconhecimento inicial ou por ocasião da alteração na sua respectiva destinação. As variações decorrem de baixas por vendas destes títulos, das depreciações e baixas do ativo imobilizado e de baixas de propriedades para investimento.

Prejuízos Acumulados: Em 2024, o aumento do prejuízo acumulado em 5%, deve-se ao prejuízo do exercício.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 – Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita
- ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2025, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 2,3%, após crescimento de 3,4% em 2024. A indústria cresceu 1,4%, serviços 1,8% e a agropecuária 11,7% (IBGE).

A produção física da indústria nacional em 2025 aumentou 0,6% e ainda acumula queda de 16,3% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011 (IBGE). A categoria de bens de capital geral teve queda de 1,5% e a categoria especial de bens de capital não seriados para fins industriais cresceu 1,6%, embora tenha acumulado perdas de 33,2% nos últimos 5 anos e de 55,6% desde 2011 (IBGE).

As áreas de equipamentos de movimentação de carga para mineração, usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram com baixos níveis de investimentos em novas unidades.

Contribuíram para a realização da receita operacional do ano, os seguintes fornecimentos:

- Pontes rolantes para indústrias em geral;
- Equipamentos de levantamento e movimentação de cargas;
- Fornecimento de peças de reposição;
- Serviços de manutenção e de usinagem.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A produção física da indústria nacional em 2025 aumentou 0,6% e ainda acumula queda de 16,3% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011 (IBGE). A categoria de bens de capital geral teve queda de 1,5% e a categoria especial de bens de capital não seriados para fins industriais cresceu 1,6%, embora tenha acumulado perdas de 33,2% nos últimos 5 anos e de 55,6% desde 2011 (IBGE).

As áreas de equipamentos de movimentação de carga para mineração, usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram com baixos níveis de investimentos em novas unidades.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto as respectivas situações atuais dos fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitas aos riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Em função do agravamento da crise econômica, principalmente a partir do segundo trimestre de 2015, houve um aumento na inadimplência por parte dos clientes de produtos seriados e serviços (Nota explicativa 6). Para garantir o recebimento dos créditos, a Companhia e suas controladas estão tomando as medidas aplicáveis em função da situação econômica financeira de cada cliente inadimplente.

Ao final do período dessas Demonstrações Financeiras, o risco de crédito totaliza R\$ 48.460 na controladora e R\$ 16.338 no consolidado (R\$ 77.683 e R\$ 78.216 ao final do período do ano anterior, respectivamente) correspondendo aos valores classificados como custo amortizado (empréstimos e recebíveis) líquidos dos adiantamentos de clientes.

Risco de liquidez

2.2 Resultados operacional e financeiro

Risco de liquidez é o risco da Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Passivos Financeiros não derivativos

Fluxos de Caixa Contratuais Projetados	31/12/2025								Controladora
	Contábil	Deságio/Bônus	Projetado	0 a 2 meses	3 a 12 meses	13 a 24 meses	3 a 5 anos	> 5 anos	
Empréstimos bancários garantidos	174.888	125.299	51.628	-	51.628	-	-	-	-
Empréstimos bancários não garantidos	5.723	4.197	1.615	49	49	99	382	1.036	
Fomecedores	66.672	48.327	21.042	3.505	437	-	3.501	13.599	
Fomecedores - Partes relacionadas	21.312	15.615	6.259	-	1.252	-	1.131	3.876	
Total da dívida	268.595	193.438	80.544	3.554	53.366	99	5.014	18.511	

Fluxos de Caixa Contratuais Projetados	31/12/2025								Consolidado
	Contábil	Deságio/Bônus	Projetado	0 a 2 meses	3 a 12 meses	13 a 24 meses	3 a 5 anos	> 5 anos	
Empréstimos bancários garantidos	174.888	125.299	51.628	-	51.628	-	-	-	-
Empréstimos bancários não garantidos	5.723	4.197	1.615	94	49	99	382	991	
Fomecedores	82.922	60.106	26.171	4.359	544	-	4.354	16.913	
Fomecedores - Partes relacionadas	20.091	15.068	5.768	-	761	-	1.131	3.876	
Total da dívida	283.624	204.670	85.182	4.453	52.982	99	5.867	21.780	

Os Fluxos de Caixa Contratuais Projetados consideram o cumprimento das condições do Plano de Recuperação Judicial nas parcelas de pagamentos, incluídos deságios / bônus de adimplência a serem reconhecidos na conclusão dos pagamentos.

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2025	➤ + 100	(426)	(426)
	➤ + 150	(640)	(640)
	➤ - 50	213	213
	➤ - 100	425	425
31/12/2024	➤ + 100	(399)	(399)
	➤ + 150	(600)	(600)
	➤ -50	199	199
	➤ -100	397	397

2.2 Resultados operacional e financeiro

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionadas às taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados conforme segue:

Controladora			
	31/12/2025	31/12/2024	Moeda
Natureza do Saldo			
Importações de materiais	457	391	EUR
Importações de materiais	757	757	USD
	1.214	1.148	

Consolidado			
	31/12/2025	31/12/2024	Moeda
Natureza do Saldo			
Importações de materiais	457	391	EUR
Importações de materiais	757	757	USD
	1.214	1.148	

a. *Análise de sensibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras*

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2025	+25%	(304)	(304)
	+50%	(607)	(607)
	-25%	304	304
	-50%	607	607
31/12/2024	+25%	(287)	(287)
	+50%	(574)	(574)
	-25%	287	287
	-50%	574	574

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/ Opiniões modificadas e ênfases

2.3 – Práticas contábeis e parecer dos auditores

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Companhia elaborou esta publicação com base nos padrões de divulgação da CVM, conforme modelo de plano de contas constante na plataforma ENET (Empresas Net).

Estas Demonstrações Financeiras contêm notas explicativas selecionadas com as informações societárias relevantes e materiais que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia, desde as suas últimas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas. Portanto, essas Demonstrações Financeiras devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidados como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Continuidade operacional – Plano de ação para reversão dos prejuízos acumulados - Recuperação Judicial – Aprovação do Plano de Recuperação Judicial** – Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs 1, 32 e 33, a Companhia continua com suas atividades operacionais em suas diversas unidades, embora em níveis baixos. A redução do número de colaboradores visa adequar os custos e demais despesas em relação ao volume de operação de cada unidade. A administração mantém-se focada na redução de custos e despesas operacionais, realização de valores a receber de clientes, entre outras, com o objetivo de melhorar as disponibilidades de capital de giro e de garantias financeiras, as quais são fundamentais para possibilitar o crescimento da carteira de pedidos/encomendas de clientes. A Companhia conta também com apoio de terceiras partes relacionadas, através de mútuos tomados. Apesar das austeras medidas que a administração tem tomado e, pelo motivo da baixa atividade operacional, a Companhia enfrentou dificuldades para manter seus compromissos. Tais dificuldades levaram a administração a apresentar, em 26 de julho de 2019, pedido de recuperação judicial, abrangendo a Controladora e algumas de suas controladas. Em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 08 de março de 2021, foi aprovado o plano de recuperação judicial, cujas informações foram disponibilizadas nos sites da CVM e B3 através de Comunicado ao Mercado. A homologação judicial ocorreu em 10 de maio de 2021. Em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 29 de novembro de 2021, foi aprovado Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, com alteração da cláusula 9.2 – Classe II – Credores com garantia real, o qual foi homologado em 16 de dezembro

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

de 2021. Em decorrência do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, em 21/07/2022 foi homologada a arrematação da UPI 2 – BARDELLA – Guarulhos – aços. Em 26/07/2022 foi enviado à CVM o Comunicado ao Mercado sobre pagamentos efetuados a credores trabalhistas. Em 21/09/2022 foi homologada a arrematação da UPI 1 – BARDELLA – Fábrica de Guarulhos - Mecânica (ver Nota Explicativa 32). O Plano de Ação para Reversão dos Prejuízos acumulados está apresentado na parte final da Nota Explicativa nº 1 – Contexto Operacional / Continuidade Operacional. **Como os assuntos foram tratados na auditoria** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, por amostragem, da implementação dos controles e levantamentos dos itens considerados no Plano de Recuperação Judicial e também no Plano de Ação para reversão do Passivo a Descoberto e Reversão dos Prejuízos Acumulados. Adicionalmente, avaliamos a integridade das informações utilizadas e adequação das divulgações e os assuntos estão enfatizados neste relatório.

Ênfases

Continuidade operacional – Recuperação Judicial – Plano de Ação

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, de que A Companhia continua com suas atividades operacionais em suas diversas unidades, com os níveis de atividades retomados aos poucos, principalmente na unidade industrial de Araras-SP. O número de colaboradores vem adequando-se ao nível de atividade de cada unidade. A Administração mantém-se focada na redução de custos e despesas operacionais, buscando a execução de seus contratos de maneira a aumentar a agilidade de entregas e cumprimentos dos eventos de pagamentos, com o objetivo de melhorar as disponibilidades de capital de giro e de garantias financeiras, as quais são fundamentais para conquistar o crescimento da carteira de pedidos/encomendas de clientes. A Companhia contou também com apoio de terceiras partes relacionadas, através de mútuos tomados até o exercício de 2022. No decorrer do atual exercício a Companhia vem conquistando importantes contratos para o fornecimento de peças, serviços, reformas e equipamentos novos, sendo possível obter um aumento significativo na carteira de encomendas da Controladora e Controladas, conforme pode ser observado nos quadros abaixo. Apesar das austeras medidas tomadas pela administração, pelo motivo da baixa atividade operacional nos exercícios de 2017 a 2018, a Companhia enfrentou dificuldades para manter seus compromissos. Tais dificuldades levaram a Administração a apresentar, em 26 de julho de 2019, pedido de recuperação judicial, abrangendo a Controladora e algumas de suas controladas. Em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 08 de março de 2021, foi aprovado o plano de recuperação judicial, cujas informações foram disponibilizadas nos sites da CVM e B3 através de Comunicado ao Mercado. A homologação judicial ocorreu em 10 de maio de 2021. Em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 29 de novembro de 2021, foi aprovado Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, com alteração da cláusula 9.2 – Classe II – Credores com garantia real, o qual foi homologado em 16 de dezembro de 2021, cuja homologação foi publicada em 21/01/2022. Em decorrência do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, em 21/07/2022 foi homologada a arrematação da UPI 2 – BARDELLA – Guarulhos – aços. Em 26/07/2022 foi enviado à CVM o Comunicado ao Mercado sobre pagamentos efetuados a credores trabalhistas. Em 21/09/2022 foi homologada a arrematação da UPI 1 – BARDELLA – Fábrica de Guarulhos - Mecânica. Em 18/05/2023 foi arrematada a UPI 5 – Casa Itajobi. Ver Nota Explicativa 32 – Recuperação Judicial. Em 24 de julho de 2025, a Companhia e suas Controladas em recuperação judicial concluíram as negociações e está atualmente em vigor o Acordo de Transação Tributária Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN. Os efeitos da Transação estão refletidos nestas Demonstrações Financeiras da Companhia. Ver Nota Explicativa 33 – Transação Tributária Individual. A Companhia vem executando o Plano de Recuperação Judicial nas condições previstas em sua homologação e encontra-se totalmente adimplente com suas obrigações, incluindo os pagamentos aos credores. Além disto, considerando a atual situação patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, obteve prejuízo de R\$ (20.752 mil) (R\$ 30.783 mil de prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e R\$ (20.752 mil) (R\$ 30.783 mil de prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024) no Consolidado, além de apresentarem patrimônio líquido negativo de R\$ 244.690 mil (R\$ 223.937 mil em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e R\$ 244.690 mil (R\$ 223.937 mil em 31 de dezembro de 2024) no Consolidado, bem

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

como , ainda conforme a nota explicativa nº 1, apresentou - PLANO DE AÇÃO PARA REVERSÃO DE PREJUÍZOS ACUMULADOS - O Plano de Recuperação Judicial da BARDELLA e suas controladas em recuperação judicial, aprovado pelos credores e em cumprimento, resumidamente apresenta os seguintes pontos: A - PERSPECTIVAS DE MERCADO - Na medida em que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia vem se concretizando os credores estão sendo pagos, as demonstrações financeiras começam a refletir esta evolução, as disponibilidades para capital de giro também começam a ser incrementadas, assim como, o acesso à garantias financeiras, formatando um conjunto de condições essenciais para a obtenção de novos contratos, que permitirão a recuperação plena da Companhia e a continuidade de seus negócios. Neste sentido, a Companhia torna-se apta a voltar aos seus principais mercados de atuação, fornecendo equipamentos, peças de reposição e serviços, nos quais possui tecnologia e acervo técnico incomparáveis, podendo oferecer soluções integradas a seus clientes. Os mercados em que a Companhia atua, apresentam características distintas de desenvolvimento, permitindo que mesmo quando um dos segmentos apresente baixa de investimentos, outros segmentos podem estar se desenvolvendo, possibilitando que os níveis de carteira de pedidos e ocupação possam ser mantidos. Atualmente, os principais segmentos de mercado em que a Companhia atua demonstram as seguintes possibilidades e perspectivas: - Mineração: Este segmento apresenta diversas possibilidades de expansão nos próximos anos, principalmente na área de minério de ferro, no qual a Companhia possui inúmeras referências fornecendo diversos tipos de equipamentos, sendo um mercado onde o Brasil possui vantagens competitivas incomparáveis, permitindo aos nossos clientes programas de constante expansão de produção. Novos investidores também desenvolvem projetos de grande vulto no momento, demonstrando fortes perspectivas de investimentos nos próximos anos; - Metalurgia: Apesar das incertezas no crescimento no consumo de aço mundial, frente a possibilidade de uma redução de demanda, nossos clientes no Brasil possuem planos de manutenção e revitalização de seus ativos, com previsão de contratação forte de serviços de retrofit e substituição de equipamentos, principalmente de Pontes Rolantes de Processo, onde a Companhia possui excelentes referências; - Petróleo e Gás: A Petrobras e as novas Companhias entrantes no mercado de Petróleo & Gás, continuam investindo fortemente na produção offshore, contratando novas plataformas e instalações submarinas, para as quais a Companhia possui importante capacidade fabril e experiência comprovada na fabricação de equipamentos de processo produzidos em aços especiais de altíssimo valor agregado; - Energia: A Companhia é especializada na produção de equipamentos para usinas hidrelétricas, tendo participado de praticamente todos os empreendimentos de grande porte instalados país. As pressões para produção de energia limpa e com capacidade para atendimento da demanda de consumo em horários de pico, certamente exigirão a breve retomada dos investimentos na construção de novas usinas hidrelétricas, fundamentais para segurança energética do país. Nossos equipamentos estão presentes nas maiores usinas brasileiras e a Companhia possui o único laboratório privado de hidráulica do país capaz de reproduzir testar em modelo reduzido os diversos tipos de equipamentos hidromecânicos utilizados em barragens, eclusas e usinas hidrelétricas; - Geral - Com o presente plano se espera manter a fonte produtora, o emprego e zelar pelos interesses dos credores, promovendo assim a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica, consoante o artigo 47 da Lei 11.101/2005; - Os produtos do Grupo BARDELLA continuam tecnicamente atualizados e sua rede de parceiros tecnológicos internacionais está pronta para atuar em qualquer novo desafio que venha a surgir. A mão de obra é especializada e confiável e, apesar da necessidade de redução do efetivo, o grupo permanece em contato com seus obreiros para que em projetos futuros sejam os primeiros a retornar a seus postos de trabalho. Os clientes e parceiros nacionais permanecem fiéis apoiando o Grupo BARDELLA; - O grupo BARDELLA apresentou em 2025 receita líquida operacional de R\$ 48,07 milhões. Com a retomada da economia nos próximos anos, seguirá com crescimento em sua receita e melhoria de seus resultados e fluxo de caixa, iniciando a reconstituição de seu capital de giro que foi consumido durante a crise. B - ALIENAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS ISOLADAS – UPIs - UPI 1 – Fábrica Guarulhos – Mecânica – Arrematada em 2022; - UPI 2 – Bardella Guarulhos – Aços – Arrematada em 2022; - UPI 3 – Fábrica Sorocaba; - UPI 4 – Terreno São Mateus – Arrematado em 2021; - UPI-5 – Casa Itajobi – Arrematada em 2023; - UPI 6 – Cotas em participação IMMA; - UPI 7 – Bardella Óleo e Gás – Marca; - UPI 8 – Bardella Metalurgia – Marca; - UPI 9 – Bardella Mineração – Marca; - Geral - As UPIs estão devidamente descritas e caracterizadas em Laudos de Avaliação, elaborados especialmente para o fim de alienação, nos termos do artigo 60 da Lei 11.101/2005; - Todos os detalhes para alienação das UPIs estão descritos no Plano de Recuperação Judicial; - Destinação dos recursos obtidos com a alienação das UPIs: O uso dos recursos provenientes das alienações das UPIs deve ser disponibilizado de maneira que, após o pagamento ao detentor da garantia real sobre o imóvel em que esteja constituída a UPI vendida, com os deságios e demais condições de pagamento aprovada para tais credores, os

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

recursos remanescentes serão utilizados para pagamento dos credores trabalhistas constituídos na Classe I, observados os deságios e demais condições de pagamento aprovadas para esses credores. Caso remanesça saldo, este comporá o fluxo de caixa destinado ao pagamento dos demais credores e à recomposição do capital de giro das Recuperandas. - C - PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES CONSOLIDADA - Classe I – Credores trabalhistas: Em conformidade com o artigo 54 da Lei 11.101/05, os créditos de origem trabalhista que constam da relação de credores serão pagos dentro do prazo de um ano, a contar da data de homologação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ), já os créditos trabalhistas decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado na justiça especializada, serão pagos dentro do prazo de um ano a contar da data de publicação da homologação do PRJ ou na data do trânsito em julgado, o que ocorrer depois, em ambas as hipóteses, observado a disposição do Plano de Recuperação Judicial aprovado; - Créditos Trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários mínimos por trabalhador, vencidos nos três meses anteriores ao ajuizamento. Forma de pagamento: 30 dias a contar da data de publicação da homologação do Plano de Recuperação Judicial; - Credores trabalhistas que aceitarem liquidar seu crédito por até R\$ 5.000,00, respeitado o limite do valor de cada crédito trabalhista. Forma de pagamento: 30 dias a contar da data de publicação da homologação do Plano de Recuperação Judicial; - Pagamento do montante equivalente a 80% do crédito trabalhista, por opção de cada credor, limitado a 150 salários mínimos vigentes à época da publicação da homologação do Plano de Recuperação Judicial, descontados eventuais valores pagos nos termos dos itens anteriores, corrigido monetariamente pela variação da Taxa Referencial, acrescidos da taxa de juros de 1% ao ano, incidentes desde a data do pedido da recuperação judicial até a data do efetivo pagamento; - Em 22/07/2022 foram pagos os credores trabalhistas que se encontravam em situação regular quanto à informação de seus dados bancários e optaram por esta opção de recebimento dos seus créditos, conforme comunicado ao mercado naquela data; - Caso o credor possua habilitado na lista de credores montante acima de 150 salários mínimos, o excedente será pago em condições de pagamento equivalente às condições de pagamento dos créditos Classe III – Credores Quirografários; - Classe II – Credores com garantia real: Os credores com garantia real serão pagos com o produto da venda de suas garantias reais, UPIs 1, 2 ou 3, sendo que seus créditos sofrerão 78% de deságio. Os pagamentos aos credores serão realizados no prazo de até 36 meses contados a partir da data de homologação do Aditivo ao Plano de Recuperação ou de acordo com os recebimentos auferidos pela venda de suas garantias em formato de Unidades Produtivas Isoladas (UPIs), conforme cláusulas do Plano de Recuperação Judicial, o que ocorrer primeiro, de acordo com o Artigo 60 da Lei 11.101/2005, remunerados e corrigidos pela taxa fixa de juros e encargos de 0,5% a. m. também contados a partir da data de homologação do Aditivo; - Classe III – Credores Quirografários: - Os credores quirografários serão quitados da seguinte forma: - Prazo de pagamento: 13 anos; - Carência de principal e de encargos: 24 meses; - Encargos: TR + 2% ao ano; - Amortização: - Parcelas 1 a 8: 1,25% ao ano; - Parcelas 9 a 16: 1,88% ao ano; - Parcelas 17 a 26: 2,50% ao ano; - Bônus de Adimplemento de 75%. Uma vez honrados os saldos devedores até a última parcela, o saldo remanescente de 75% será considerado quitado como bônus de adimplemento; - O plano de Recuperação prevê condições específicas para Credores parceiros e Estratégicos e para pagamento de valor fixo dentro da Classe Quirografários; - Classe IV – Credores Microempresas e Empresas de Pequeno Porte serão quitados da mesma forma que os credores quirografários, prevendo condições específicas para Credores parceiros e para pagamento de valor fixo dentro da Classe IV. Alertamos que este resumo das condições constantes do Plano de Recuperação Judicial considera apenas os pontos mais importantes correlacionados com a recuperação financeira e de resultados da Companhia e não substituem o Plano de Recuperação Judicial completo, aprovado pelos credores e homologado judicialmente, o qual encontra-se nos autos do processo judicial 1026974-06.2019.8.26.0224. Além das condições previstas no Plano de Recuperação Judicial conforme resumo acima, a Lei 11.101/2005, prevê condições especiais para tributação de PIS, Cofins, IRPJ e CSLL sobre a receita ou ganhos obtidos com renegociação de dívidas e ganho de capital resultante da alienação judicial de bens ou direitos pela pessoa jurídica em recuperação judicial. Tais condições permitem melhor aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), preservando de melhor forma a situação financeira das recuperandas. As dívidas tributárias estão sendo parceladas para pagamentos a longo prazo, estando em andamento negociação com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no âmbito da Portaria PGFN 2.382/2021, que trata dos débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS de responsabilidade de contribuintes em processo de recuperação judicial. O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pelos credores e homologado judicialmente, conforme informações disponibilizadas ao mercado a cada evento importante. Todas as medidas elencadas, entre outras ainda em estudo, estão em andamento e visam a recuperação de sua condição financeira, a fim de superar a fase de recuperação judicial e a preparação da

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Companhia para voltar a atuar de maneira competitiva no mercado de bens sob encomenda, com a geração de lucros e a recuperação de seu patrimônio líquido. Ressalte-se que, como sucede com qualquer planejamento, seu efetivo resultado está sujeito a inúmeros fatores, muitas vezes alheios ao controle de quem o está implantando. O risco é inerente a qualquer empreendimento. É absolutamente eliminá-lo totalmente. Por esse motivo, de forma transparente, procurou-se adotar premissas cautelosas a fim de não comprometer a realização e o esforço conjunto a ser empreendido. Nossa opinião não contém modificação em relação a este assunto.

Tributos a recuperar e diferidos

Conforme mencionado e demonstrado na nota explicativa nº 9 - A expectativa de realização dos impostos a recuperar está fundamentada em estudo técnico (data base 31 de dezembro de 2025) aprovado pelos órgãos da Administração, conforme mencionado também na nota explicativa 9b, sendo que o não circulante está previsto para realização em 2027. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. De acordo com a NBCTG 32 (R3) - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico (data base 31 de dezembro de 2025) aprovado pelos órgãos da Administração, reconheceram também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está sujeita aos limites legais sobre os lucros anuais tributáveis, cuja previsão de recuperação está demonstrada no quadro “Cronograma da previsão de recuperação dos créditos fiscais diferidos”. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Transação Tributária Individual (TTI) – Os movimentos em créditos fiscais diferidos durante o exercício, referentes a IRPJ e CSLL são principalmente decorrentes da TTI, onde: - As adições referem-se a reconhecimento no exercício de prejuízos fiscais de IRPJ e Base negativa de CSLL não reconhecidos no exercício ou anteriormente e que passaram a ser possíveis com assinatura do Acordo da Transação Tributária Individual. - As baixas referem-se principalmente à utilização de crédito fiscal diferido no pagamento de tributos em decorrência da TTI. A previsão de recuperação de créditos fiscais diferidos em 2027 refere-se principalmente à previsão de liquidação com deságio de 78% referente a dívidas com credores com garantia real, além da liquidação de dívidas com credores quirografários com bônus de adimplência de 75% e previsão de geração de lucros futuros. Os créditos fiscais diferidos referentes às diferenças temporárias serão utilizados à medida das soluções das contingências provisionadas, as quais não tem prazo definido. Ajuste para limite de realização do crédito fiscal diferido - A Companhia e suas controladas não reconheceram créditos fiscais diferidos sobre o montante de prejuízo fiscal acumulado de R\$ 118.090 na controladora e R\$ 220.380 no consolidado e sobre o montante de base negativa acumulada da CSLL de R\$ 92.560 na controladora e R\$ 195.235 no consolidado, em razão do limite aprovado pela Administração no estudo técnico já mencionado nesta nota explicativa. Nossa conclusão não contém modificação em relação a este assunto.

Imobilizado e Empréstimos e Financiamentos

Conforme mencionado e demonstrado nas notas explicativas nºs 14 e 16 ao final do exercício de abrangência dessas Demonstrações Financeiras, os valores contábeis dos ativos dados em garantia às instituições financeiras somam o montante de R\$ 82.000 (R\$ 91.864 ao final do exercício do ano anterior), os quais referem-se a ativos classificados como propriedades para investimentos. Com o parcelamento das dívidas tributárias federais através do Termo de Transação Tributária Individual – TTI, foram concedidos, em garantia da operação, ativos imobilizados no valor contábil total de R\$ 22.847. Os financiamentos originalmente contratados com o Banco do Brasil S.A., atualmente têm como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Sorocaba, no valor contábil de R\$ 82.000. Os valores utilizados em conta garantida do Banco Fibra têm como garantia aplicações financeiras de controladas. O cronograma de desembolso leva em consideração, para os créditos concursais, as condições previstas no Plano de Recuperação Judicial, onde os créditos com garantia real contam com deságio de 78%, a serem pagos com o produto da venda de suas garantias reais, cujo deságio será computado por ocasião do adimplemento do pagamento único. Os créditos sem garantias (quirografários) estão sendo pagos em 26 parcelas semestrais e contam com bônus de

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

adimplência após a quitação total (deságio) de 75%. Nossa conclusão não contém modificação em relação a este assunto.

Obrigações Fiscais

Conforme mencionado e demonstrado na nota explicativas nº 18 Os parcelamentos fiscais foram realizados de acordo com a legislação vigente em relação à natureza dos débitos nos âmbitos federal, estadual e municipal. O parcelamento referente à Transação Tributária individual foi realizado com fundamento no artigo 171 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional – CTN), na Lei nº 13.988/2020, na Portaria PGFN nº 6.757/2022, no artigo 10-C da Lei nº 10.522/2002 e na Portaria PGFN nº 2.382/2021 – Ver Nota Explicativa nº 33 – Transação tributária Individual. Nossa conclusão não contém modificação em relação a este assunto.

Obrigações Sociais e Trabalhistas

Conforme mencionado e demonstrado na nota explicativas nº 19 - Os créditos concursais trabalhistas até 150 salários mínimos com prazo de pagamento em até um ano da data da homologação do Plano de Recuperação Judicial, em sua maioria já foram pagos. Os créditos excedentes (quirografários) estão sendo pagos em 26 parcelas semestrais e contam com bônus de adimplência (deságio) de 75%. Ver Nota Explicativa nº 33 Transação Tributária Individual. Nossa conclusão não contém modificação em relação a este assunto.

Recuperação Judicial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32 e seguintes fatos relevantes, que em 26 de julho de 2019, a Companhia apresentou Pedido de Recuperação Judicial, o qual foi deferido em 07 de agosto de 2019. Foram publicados os seguintes fatos relevantes, os quais estão disponíveis nos sites da Companhia (<http://www.bardella.com.br/>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Como Fato Relevante, a BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS (B3: BDLL3 e BDLL4) (“Bardella” ou “Companhia”), em atendimento ao art. 157, §4º da Lei nº 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM nº 358/02, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que ajuizou, nesta data, pedido de recuperação judicial junto à 9ª Vara Cível de Guarulhos, Estado de São Paulo, sob o nº 1026974-06.2019.8.26.0224 (“Recuperação Judicial”), a fim de reorganizar suas obrigações junto a seus credores. A Companhia optou por esse movimento devido à necessidade de buscar proteção para a repactuação de seu passivo e de suas controladas, junto aos seus fornecedores e garantir a perenidade da operação. A Companhia, apesar de seus esforços em conjunto com fornecedores, entidades financeiras, empregados e ex-empregados, vem sendo alvo de pedidos de falência, decisões judiciais de penhora de faturamento e execução de garantias em contratos financeiros, além do fato do mercado de bens de capital ainda não apresentar sinais de recuperação, que colocam em risco a continuidade de suas operações e de suas controladas. Assim sendo, a Companhia julga que a apresentação do pedido de Recuperação Judicial é a medida mais adequada nesse momento. O objetivo é proteger o grupo neste momento crítico, fazendo com que a Companhia e suas controladas retomem sua estabilidade e, posteriormente, seu crescimento econômico, preservando a continuidade de suas operações e os fornecimentos em curso. O total de débitos do grupo informado no pedido de Recuperação Judicial soma, aproximadamente, R\$ 387 milhões. O plano de recuperação será apresentado aos credores dentro do prazo legal. A Recuperação Judicial não altera, de forma alguma, as operações da Companhia e suas controladas, que seguem operando normalmente afim de performar seus contratos em carteira. A Bardella é uma Companhia com 108 anos de história, presente em todas as fases de desenvolvimento do país, fonte de emprego e renda para milhares de famílias brasileiras. A Companhia tem a certeza de que o momento crítico será superado da mesma forma que tantas outras dificuldades foram superadas ao longo de sua história. Ainda como Fato Relevante, a **BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS** (B3: BDLL3 e BDLL4)

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(“Bardella” ou “Companhia”), em atendimento ao art. 157, §4º da Lei nº 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM nº 358/02, em continuidade ao aviso de fato relevante divulgado no dia 26 de julho de 2019, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, no dia 07 de agosto de 2019, a 9ª Vara Cível de Guarulhos, Estado de São Paulo, deferiu, nos autos do processo nº 1026974-06.2019.8.26.0224 (“Recuperação Judicial”), o processamento da recuperação judicial da Companhia e de suas Controladas, Barefame Instalações Industriais Ltda (“Barefame”), Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda (“BABECS”) e Duraferro Indústria e Comércio Ltda (“Duraferro”) nos termos do artigo 52 da Lei no 11.101/2005 (“LRF”). A decisão judicial de deferimento, dentre outras providências, determinou o seguinte:

- i) Nomeação da LASPRO CONSULTORES LTDA., inscrita no CNPJ nº 22.223.371/0001-75, representada pelo Sr. Oreste Nestor de Souza Laspro, com sede à Rua Major Quedinho, 111, 18º andar, Consolação, São Paulo e endereço eletrônico bardella@laspro.com.br para atuar como administrador judicial no Processo de Recuperação Judicial; ii) Suspensão de todas as ações e execuções atualmente em curso contra a Companhia e suas Controladas, pelo prazo de 180 dias corridos, nos termos do artigo 6º da LRF; iii) Expedição de edital, nos termos do artigo 52, § 1º da LRF, com prazo de 15 dias corridos contados da data da sua publicação, para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito do Processo de Recuperação Judicial; e iv) Apresentação do plano de recuperação judicial do grupo no prazo de 60 dias corridos a contar da publicação da decisão judicial de deferimento, nos termos do artigo 53 da LRF. A íntegra da decisão judicial de deferimento, bem como retificação realizada em 08 de agosto de 2019 encontra-se anexas a este aviso de fato relevante. Conforme divulgado ao mercado em ocasiões anteriores, a Companhia optou pelo ajuizamento do Processo de Recuperação Judicial devido à necessidade de buscar proteção para a repactuação dos passivos das recuperadas e garantir a perenidade da operação. A Recuperação Judicial não altera, de forma alguma, as operações da Companhia e suas Controladas, que seguem operando normalmente afim de performar seus contratos em carteira e futuros pedidos. A documentação e as informações relativas à Recuperação Judicial estão à disposição na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.bardella.com.br/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Ainda como fato relevante, a nota 31 – Aprovação do Plano de Recuperação Judicial - Em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 08 de março de 2021, foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de suas controladas em recuperação judicial, tendo sido o fato comunicado ao mercado conforme abaixo, cujo comunicado está disponível do site da CVM (www.cvm.gov.br): COMUNICADO AO MERCADO - BARDELLA S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS – Em recuperação judicial (“BARDELLA”), vem informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de suas controladas BAREFAME INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. – Em Recuperação Judicial, DURA FERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. – Em Recuperação Judicial e BARDELLA ADMINISTRADORA DE BENS E EMPRESAS E CORRETORA DE SEGUROS LTDA. – Em Recuperação Judicial, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada nesta data. O Plano será submetido à homologação perante o Juízo da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos, Estado de São Paulo, nos termos da Lei no 11.101/05. A íntegra do Plano e a ata da Assembleia Geral de Credores encontram-se disponíveis no site da CVM (<http://cvm.gov.br>). A Bardella manterá seus acionistas e o mercado informados sobre a evolução dos eventos relacionados ao processo de Recuperação Judicial, assim como à implementação do Plano na forma da legislação e regulamentação vigentes. O Plano de Recuperação Judicial foi homologado em decisão de 10 de maio de 2021. Em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 29 de novembro de 2021, foi aprovado Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, com alteração da cláusula 9.2 – Classe II – Credores com garantia real. Ainda na mesma Nota Explicativa - Em 21/07/2022 foi homologada a arrematação da UPI2 – BARDELLA – Guarulhos – Acos tendo sido publicado o seguinte “Fato Relevante”: BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS (B3: BDLL3 e BDLL4) (“Bardella” ou “Companhia”), em atendimento ao art. 157, §4º da Lei no 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM nº 44/2021, informa aos seus acionistas e ao

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

mercado em geral que, conforme o aditivo do Plano de Recuperação Judicial aprovado na Assembleia Geral de Credores realizada no dia 08/03/2021 e homologado em 10/05/2021, complementado pelas R. Decisões de 10/06/2021 e 16/06/2021, expedido nos Autos da Recuperação Judicial de BARDELLA S/A Indústrias Mecânicas – Em Recuperação Judicial (“Bardella”) – Processo Nº 1026974-06.2019.8.26.0224, em trâmite perante a 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos – Estado de São Paulo, em 21/07/2022 foi publicada no referido processo a homologação da proposta de arrematação da UPI 2 – BARDELLA Guarulhos – Aços, arrematada pela empresa AÇOVISA Indústria e Comércio de Aços Especiais Ltda. – CNPJ 00.987.098/0001-12, em leilão realizado no dia 06/07/2022, no valor de R\$ 41.800.000,00 (quarenta e um milhões e oitocentos mil reais). Em 26/07/2022 foi enviado à CVM o seguinte “Comunicado ao Mercado”: BARDELLA S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS – Em recuperação judicial (“BARDELLA”), vem informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em cumprimento do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de suas controladas BAREFAME INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. – Em Recuperação Judicial, DURA FERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. – Em Recuperação Judicial e BARDELLA ADMINISTRADORA DE BENS E EMPRESAS E CORRETORA DE SEGUROS LTDA. – Em Recuperação Judicial, em 22/07/2022 foram pagos os credores trabalhistas que encontravam-se em situação regular quanto à informação de seus dados bancários e que optaram pelo recebimento de seus créditos constantes da Lista de Credores conforme a respectiva cláusula 9.1.3 – *Opção B – Credores Trabalhistas - Pagamento do montante equivalente a 80% (oitenta por cento) do crédito trabalhista, limitado a 150 salários mínimos vigentes à época da publicação da homologação do Plano de Recuperação Judicial, descontados eventuais valores pagos nos termos da Cláusula 9.1.4, corrigido monetariamente pela variação da Taxa Referencial, acrescidos de taxa de juros de 1% (um por cento) ao ano, incidentes desde a data do pedido da recuperação judicial até a data do efetivo pagamento. Caso o credor possua habilitado na lista de credores montante acima de 150 salários mínimos, o excedente será pago em condições de pagamento equivalentes às condições de pagamento dos créditos Classe III, descritas no item 9.3 do Plano de Recuperação Judicial.* Em 21/09/2022 foi homologada a arrematação da UPI1 – BARDELLA – Fábrica de Guarulhos – Mecânica, tendo sido publicado o seguinte “Fato Relevante”: A BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS (B3: BDLL3 e BDLL4) (“Bardella” ou “Companhia”), em atendimento ao art. 157, §4o da Lei no 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM nº 44/2021, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, conforme o aditivo do Plano de Recuperação Judicial aprovado na Assembleia Geral de Credores realizada no dia 08/03/2021, homologado em 10/05/2021, complementado pelas R. Decisões de 10/06/2021 e 16/06/2021 e pelo aditivo homologado em 16/12/2021, expedidos nos Autos da Recuperação Judicial de BARDELLA S/A Indústrias Mecânicas – Em Recuperação Judicial (“Bardella”) – Processo Nº 1026974-06.2019.8.26.0224, em trâmite perante a 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos – Estado de São Paulo, em 19/09/2022 foi publicada no referido processo a homologação da proposta de arrematação da UPI 1 – FÁBRICA DE GUARULHOS - MECÂNICA, arrematada pela empresa AÇOVISA Indústria e Comércio de Aços Especiais Ltda. – CNPJ 00.987.098/0001-12, em leilão realizado no dia 04/08/2022, no valor de R\$ 68.000.100,00 (sessenta e oito milhões e cem reais) e condições de pagamento especificadas na referida proposta. Em 18/05/2023 ocorreu a arrematação extrajudicial da UPI5 – Casa Itajobi, pelo valor de R\$ 1.278.000,00 (hum milhão, duzentos e setenta e oito mil reais), pela empresa Ekoaa Consultoria e Gestão Empresarial Eireli – CNPJ 28.923.959/0001-18, cuja arrematação foi homologada em 25/05/2023. Nossa opinião não contém modificação em relação a este assunto.

Transação Tributária Individual

Conforme mencionado e demonstrado na nota explicativa nº 33 - Em 24 de julho de 2025 foi publicado o seguinte fato relevante: BARDELLA S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS – Em Recuperação Judicial

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(“Companhia”), nos termos da Resolução CVM nº 44/2021, informa aos acionistas e ao mercado em geral que a Companhia e suas controladas em recuperação judicial, concluíram as negociações e está em fase de assinaturas o Acordo de Transação Tributária Individual (“Transação”) com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com fundamento no artigo 171 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional – CTN), na Lei 13.988/2020, na Portaria PGFN nº 6.757/2022, no artigo 10-C da Lei 10.522/2002 e na Portaria PGFN nº 2.382/2021. A Transação tem por finalidade a regularização fiscal dos débitos da Companhia e suas controladas em recuperação judicial, por meio de um plano de amortização da totalidade dos débitos em aberto e inscritos na Dívida Ativa da União (DAU). Do total da dívida serão abatidos eventuais créditos e depósitos judiciais existentes em cada processo e após, serão aplicados descontos sobre multas, juros e encargos, sendo que parte do saldo remanescente será liquidado com saldos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. O pagamento da dívida transacionada de natureza não previdenciária (“Dívida transacionada – demais débitos”), será feito em até 120 (cento e vinte) prestações mensais, bem como, a dívida previdenciária consistente em certas contribuições de terceiros. O pagamento das demais dívidas transacionadas de natureza previdenciária (“Dívida transacionada – Previdenciária”), será feito em 60 (sessenta) prestações mensais. O valor de cada parcela será acrescido mensalmente de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais. As parcelas estão escalonadas de forma a que o fluxo de pagamentos seja adequado à real capacidade de pagamento da Companhia e suas controladas. Os efeitos da Transação serão refletidos nas Informações Financeiras Intermediárias da Companhia, referentes ao terceiro trimestre de 2025 (3º ITR). O valor total dos débitos consolidados na negociação é de R\$ 214 milhões e o impacto na redução do respectivo passivo tributário é de R\$ 181,7 milhões, passando para R\$ 32,3 milhões. DO PLANO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA TRANSACIONADA - Principais condições - Considerando: a) a situação econômica da Requerente; b) a necessidade de viabilizar a superação da sua situação transitória de crise; c) o deferimento do processamento da Recuperação Judicial nos autos do processo supracitado; d) os valores envolvidos, a situação das dívidas e a irrecuperabilidade dos créditos da Requerente (art. 25, III, “b”, da Portaria 6757/2022), serão concedidas as seguintes condições para adimplemento da Dívida Transacionada: - Desconto máximo de (i) 70% (setenta por cento) a cada uma das CDAs não previdenciárias (conta DEMAIS); e (ii) 70% (setenta por cento) a cada uma das CDAs previdenciárias (contas PREV), vedada a redução do montante principal, sendo o desconto aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos); - Pagamento da Dívida Transacionada de natureza não previdenciária (“Dívida Transacionada – Demais Débitos”) em até 120 (cento e vinte) prestações mensais, escalonadas na forma discriminada no Anexo IV do Termo de Transação Tributária Individual; - Pagamento da Dívida Transacionada de natureza previdenciária (“Dívida Transacionada – Previdenciária”), não sujeita à limitação do § 11, do art. 195, da CF, consistente nas contribuições de terceiros identificadas pelos códigos de receita 4201, 4321, 4338, 4309 e 4224, em até 120 (cento e vinte) prestações mensais, escalonadas na forma discriminada no Anexo IV; - Pagamento da Dívida Transacionada de natureza previdenciária (“Dívida Transacionada - Previdenciária”) em 60 (sessenta) prestações mensais, escalonadas na forma discriminada no Anexo IV; - A utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL para a liquidação de 70% (setenta por cento) do saldo remanescente, após a incidência dos descontos ajustados. - O valor de cada parcela será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. GARANTIAS – 1) Imóveis e maquinário da planta de Araras – SP (DURAFERRO); 2) Imóveis da planta de Nova Mutum, Porto Velho – RO (BAREFAME); 3) Guindaste Demag AC 500 2 (BARDELLA) e 4) Guindaste Demag AC 200 (BARDELLA). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentado para fins de comparabilidade, foi anteriormente auditado por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 14 de março de 2025, com opinião sem modificação e ênfases idênticas as mencionadas neste sobre as demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exerceu julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Sorocaba – SP, 25 de março de 2026.

ETA E AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2 SP 010138 0 T RS
ODILSON GONÇALVES FERNANDES
Contador CRC 1 RS 052869 T SP
CNAI Nº 1946
Sócio - Responsável Técnico

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Medições não contábeis

Não aplicável.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Eventos subsequentes as DFs

1 2.6 Eventos subsequentes as DFs

A administração da Companhia avaliou os eventos subsequentes até o dia 25 de março de 2026, que também é a data de autorização da emissão dessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

2.7 Destinação de resultados

2.7 Política de Destinação dos Resultados dos 3 últimos exercícios sociais.

1 - Prejuízo líquido apurado no exercício: R\$ 20.752

2 - Não houve distribuição de dividendos ou juros de capital próprio.

3 – Percentual distribuído: Não houve distribuição de dividendos ou juros de capital próprio.

4 - Não houve distribuição de dividendos com base em exercícios anteriores.

5 – Não houve distribuição de dividendos ou juros de capital próprio.

6 - Não houve declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7 - Tabela comparativa por ação de cada espécie e classe

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO - TABELA COMPARATIVA

	2025	2024	2023
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	- 20.752	- 30.783	- 82.440

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio distribuído

Ações Ordinárias	Sem distribuição	Sem distribuição	Sem distribuição
Ações Preferenciais	Sem distribuição	Sem distribuição	Sem distribuição

8 - Destinação de lucros à Reserva Legal

Devido à realização de prejuízo no exercício, não houve destinação de lucros à Reserva Legal.

Regras sobre distribuição de dividendos

Ações preferenciais – dividendos mínimos

Prioridade na distribuição de dividendos mínimos de 8% (oito por cento) ao ano, calculados sobre o respectivo capital e não cumulativos.

Devido à realização de prejuízo no exercício e à falta de reservas de lucros passíveis de distribuição, a proposta da administração é pela não distribuição de dividendos.

9 - Ações preferenciais – dividendos mínimos

Prioridade na distribuição de dividendos mínimos de 8% (oito por cento) ao ano, calculados sobre o respectivo capital e não cumulativos.

Devido à realização de prejuízo no exercício e à falta de reservas de lucros passíveis de distribuição, a proposta da administração é pela não distribuição de dividendos.

10 - Dividendo obrigatório

25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, ressalvado os direitos das ações preferenciais.

Devido à realização de prejuízo no exercício e à falta de reservas de lucros passíveis de distribuição, a proposta da administração é pela não distribuição de dividendos.

2.7 Destinação de resultados

Regras sobre retenção de lucros

Retenção de lucros, além de outros motivos, podem ocorrer por intermédio de orçamento de capital em situações de necessidade de investimento ou por insuficiência financeira, observados preceitos legais.

Não houve retenção de lucros nos 3 últimos exercícios sociais.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável

2.10 Planos de negócios

2.10 Planos de negócios

a) Investimentos

Orçamento de Capital

Não houve proposta de retenção de lucros para orçamento de capital relativa ao resultado do exercício de 2025.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não existe no momento planos de aprovação para aquisição de novos ativos.

c) Novos Produtos e serviços

Considerando que a Companhia atua principalmente na fabricação de equipamentos sob encomenda, não existe no momento intenção de alteração do foco de atuação.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

Não identificamos outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 Projeções divulgadas e premissas

A empresa não divulga projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 Acompanhamento das projeções

A empresa não divulga projeções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 Descrição dos fatores de risco

a. Riscos

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto as respectivas situações atuais dos fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitas aos riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Em função do agravamento da crise econômica, principalmente a partir do segundo trimestre de 2015, houve um aumento na inadimplência por parte dos clientes de produtos seriados e serviços (Nota explicativa 6). Para garantir o recebimento dos créditos, a Companhia e suas controladas estão tomando as medidas aplicáveis em função da situação econômica financeira de cada cliente inadimplente.

Ao final do exercício dessas Demonstrações Financeiras, o risco de crédito totaliza R\$ 48.460 na controladora e R\$ 16.338 no consolidado (R\$ 77.683 e R\$ 78.216 ao final do exercício do ano anterior, respectivamente) correspondendo aos valores classificados como custo amortizado (empréstimos e recebíveis) líquidos dos adiantamentos de clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Passivos Financeiros não derivativos

Fluxos de Caixa Contratuais Projetados	31/12/2025								Controladora
	Contábil	Deságio/Bônus	Projetado	0 a 2 meses	3 a 12 meses	13 a 24 meses	3 a 5 anos	> 5 anos	
Empréstimos bancários garantidos	174.888	125.299	51.628	-	51.628	-	-	-	-
Empréstimos bancários não garantidos	5.723	4.197	1.615	49	49	99	382	1.036	
Fornecedores	66.672	48.327	21.042	3.505	437	-	3.501	13.599	
Fornecedores - Partes relacionadas	21.312	15.615	6.259	-	1.252	-	1.131	3.876	
Total da dívida	268.595	193.438	80.544	3.554	53.366	99	5.014	18.511	

Fluxos de Caixa Contratuais Projetados	31/12/2025								Consolidado
	Contábil	Deságio/Bônus	Projetado	0 a 2 meses	3 a 12 meses	13 a 24 meses	3 a 5 anos	> 5 anos	
Empréstimos bancários garantidos	174.888	125.299	51.628	-	51.628	-	-	-	-
Empréstimos bancários não garantidos	5.723	4.197	1.615	94	49	99	382	991	
Fornecedores	82.922	60.106	26.171	4.359	544	-	4.354	16.913	
Fornecedores - Partes relacionadas	20.091	15.068	5.768	-	761	-	1.131	3.876	
Total da dívida	283.624	204.670	85.182	4.453	52.982	99	5.867	21.780	

Os Fluxos de Caixa Contratuais Projetados consideram o cumprimento das condições do Plano de Recuperação Judicial nas parcelas de pagamentos, incluídos deságios / bônus de adimplência a serem reconhecidos na conclusão dos pagamentos.

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2025	+ 100	(426)	(426)
	+ 150	(640)	(640)
	- 50	213	213
	- 100	425	425
31/12/2024	+ 100	(399)	(399)
	+ 150	(600)	(600)
	-50	199	199
	-100	397	397

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionadas às taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados conforme segue:

Controladora			
	31/12/2025	31/12/2024	Moeda
Natureza do Saldo			
Importações de materiais	457	391	EUR
Importações de materiais	757	757	USD
	1.214	1.148	
Consolidado			
	31/12/2025	31/12/2024	Moeda
Natureza do Saldo			
Importações de materiais	457	391	EUR
Importações de materiais	757	757	USD
	1.214	1.148	

b. Análise de sensibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação.

4.1 Descrição dos fatores de risco

	Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2025	+25%	(304)	(304)
	+50%	(607)	(607)
	-25%	304	304
	-50%	607	607
31/12/2024	+25%	(287)	(287)
	+50%	(574)	(574)
	-25%	287	287
	-50%	574	574

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento com o objetivo de mantê-los no menor nível possível em relação aos padrões de mercado.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício dessas Demonstrações Financeiras.

Índices de alavancagem financeira (Exigível total / Patrimônio líquido):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	180.611	183.094	180.611	183.094
Fornecedores	87.984	95.505	103.013	105.923
Adiantamento de clientes	92.279	89.843	99.835	105.135
Provisão de férias e encargos	803	804	2.824	2.703
Provisão para contingências	8.160	8.320	10.566	10.795
Provisão IR e CSLL diferidos	-	-	1.697	1.711
Outros	344.655	398.330	239.732	359.659
Dívida líquida	714.492	775.896	638.278	769.020
Patrimônio líquido	(244.690)	(223.937)	(244.690)	(223.937)
Patrimônio líquido e dívida líquida	469.802	551.959	393.588	545.083
Coeficiente de alavancagem	-2,92	-3,46	-2,61	-3,43

Risco de concentração de negócios

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

1. Risco de crédito
2. Risco de liquidez
3. Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos
4. Risco de taxas de juros
5. Risco de taxas de câmbio

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto as respectivas situações atuais dos fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitas aos riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Em função do agravamento da crise econômica, principalmente a partir do segundo trimestre de 2015, houve um aumento na inadimplência por parte dos clientes de produtos seriados e serviços (Nota explicativa 6). Para garantir o recebimento dos créditos, a Companhia e suas controladas estão tomando as medidas aplicáveis em função da situação econômica financeira de cada cliente inadimplente.

Ao final do exercício dessas Demonstrações Financeiras, o risco de crédito totaliza R\$ 48.460 na controladora e R\$ 16.338 no consolidado (R\$ 77.683 e R\$ 78.216 ao final do exercício do ano anterior, respectivamente) correspondendo aos valores classificados como custo amortizado (empréstimos e recebíveis) líquidos dos adiantamentos de clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Passivos Financeiros não derivativos

Fluxos de Caixa Contratuais Projetados	31/12/2025								Controladora
	Contábil	Deságio/Bônus	Projetado	0 a 2 meses	3 a 12 meses	13 a 24 meses	3 a 5 anos	> 5 anos	
Empréstimos bancários garantidos	174.888	125.299	51.628	-	51.628	-	-	-	-
Empréstimos bancários não garantidos	5.723	4.197	1.615	49	49	99	382	1.036	
Fornecedores	66.672	48.327	21.042	3.505	437	-	3.501	13.599	
Fornecedores - Partes relacionadas	21.312	15.615	6.259	-	1.252	-	1.131	3.876	
Total da dívida	268.595	193.438	80.544	3.554	53.366	99	5.014	18.511	

Fluxos de Caixa Contratuais Projetados	31/12/2025								Consolidado
	Contábil	Deságio/Bônus	Projetado	0 a 2 meses	3 a 12 meses	13 a 24 meses	3 a 5 anos	> 5 anos	
Empréstimos bancários garantidos	174.888	125.299	51.628	-	51.628	-	-	-	-
Empréstimos bancários não garantidos	5.723	4.197	1.615	94	49	99	382	991	
Fornecedores	82.922	60.106	26.171	4.359	544	-	4.354	16.913	
Fornecedores - Partes relacionadas	20.091	15.068	5.768	-	761	-	1.131	3.876	
Total da dívida	283.624	204.670	85.182	4.453	52.982	99	5.867	21.780	

Os Fluxos de Caixa Contratuais Projetados consideram o cumprimento das condições do Plano de Recuperação Judicial nas parcelas de pagamentos, incluídos deságios / bônus de adimplência a serem reconhecidos na conclusão dos pagamentos.

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

		Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2025	▲	+ 100	(426)	(426)
	▲	+ 150	(640)	(640)
	▲	- 50	213	213
	▲	- 100	425	425
31/12/2024	▲	+ 100	(399)	(399)
	▲	+ 150	(600)	(600)
	▲	-50	199	199
	▲	-100	397	397

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionadas às taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados conforme segue:

Controladora			
	31/12/2025	31/12/2024	Moeda
Natureza do Saldo			
Importações de materiais	457	391	EUR
Importações de materiais	757	757	USD
	1.214	1.148	
Consolidado			
	31/12/2025	31/12/2024	Moeda
Natureza do Saldo			
Importações de materiais	457	391	EUR
Importações de materiais	757	757	USD
	1.214	1.148	

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

a. Análise de sensibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2025	+25%	(304)	(304)
	+50%	(607)	(607)
	-25%	304	304
	-50%	607	607
31/12/2024	+25%	(287)	(287)
	+50%	(574)	(574)
	-25%	287	287
	-50%	574	574

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento com o objetivo de mantê-los no menor nível possível em relação aos padrões de mercado.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício dessas Demonstrações Financeiras.

Índices de alavancagem financeira (Exigível total / Patrimônio líquido):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	180.611	183.094	180.611	183.094
Fornecedores	87.984	95.505	103.013	105.923
Adiantamento de clientes	92.279	89.843	99.835	105.135
Provisão de férias e encargos	803	804	2.824	2.703
Provisão para contingências	8.160	8.320	10.566	10.795
Provisão IR e CSLL diferidos	-	-	1.697	1.711
Outros	344.655	398.330	239.732	359.659
Dívida líquida	714.492	775.896	638.278	769.020
Patrimônio líquido	(244.690)	(223.937)	(244.690)	(223.937)
Patrimônio líquido e dívida líquida	469.802	551.959	393.588	545.083
Coefficiente de alavancagem	-2,92	-3,46	-2,61	-3,43

Risco de concentração de negócios

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes passivas em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em avaliação de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Movimentação dos processos no exercício

	31/12/2024			Controladora 31/12/2025
	Saldo final	Adição de provisões	Reversão/Utilização de provisões	Saldo final
Trabalhistas/cíveis	7.869	246	(561)	7.554
Tributárias:				
.Estadual	451	155	-	606
Subtotal tributárias	451	155	-	606
	8.320	401	(561)	8.160

	31/12/2024			Consolidado 31/12/2025
	Saldo Inicial	Adição de provisões	Reversão/Utilização de provisões	Saldo final
Trabalhistas/cíveis	8.812	246	(729)	8.329
Tributárias:				
.Federal	1.532	99	-	1.631
.Estadual	451	155	-	606
Subtotal tributárias	1.983	254	-	2.237
	10.795	500	(729)	10.566

Prováveis

Demandas trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos relativos a demandas trabalhistas e cíveis em andamento nos quais são partes. Os processos existentes referem-se principalmente a verbas rescisórias não quitadas, além do pleito de verbas como: horas extras, férias, adicional de periculosidade, insalubridade, dentre outras. Atualmente existem processos trabalhistas e cíveis em curso contra a Companhia e suas controladas, sendo que, para as contingências classificadas pelos nossos assessores jurídicos como provável exigência de recursos, foram provisionados R\$ 7.554 na controladora (ao final do exercício do ano anterior era R\$ 7.869) e R\$ 8.329 no consolidado (ao final do exercício do ano anterior era de R\$ 8.812).

Demandas tributárias

A Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais relativos a demandas tributárias em andamento nos quais são partes, sendo que, para as contingências classificadas pelos nossos assessores jurídicos como provável exigência de recursos foram provisionados R\$ 606 na controladora (ao final do exercício do ano anterior era de R\$ 451) e R\$ 2.237 no consolidado (ao final do exercício do ano anterior era de R\$ 1.983).

Possíveis

Para os processos trabalhistas no montante Consolidado de R\$ 17.030 (ao final do exercício do ano anterior era de R\$ 17.150), cíveis no montante Consolidado de R\$ 9.191 (ao final do exercício do ano anterior era de R\$ 8.486) e tributários no montante Consolidado de R\$ 11.151 (ao final do exercício do ano anterior era de

4.4 Processos não sigilosos relevantes

R\$ 10.570), avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco “possível”, no montante total dos valores das causas de R\$ 37.371 (ao final do exercício do ano anterior era de R\$ 36.206), nenhuma provisão foi constituída.

Das contingências classificadas como possíveis, o processo considerado individualmente relevante refere-se a demanda cível onde se discute:

Diferenças contratuais em serviços prestados na década de 90: R\$ 5.039.

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais relacionados a processos tributários suspensos, aguardando decisão judicial para definição do destino dos referidos depósitos.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 Valor Total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Prováveis

Demandas trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos relativos a demandas trabalhistas e cíveis em andamento nos quais são partes. Os processos existentes referem-se principalmente a verbas rescisórias não quitadas, além do pleito de verbas como: horas extras, férias, adicional de periculosidade, insalubridade, dentre outras. Atualmente existem processos trabalhistas e cíveis em curso contra a Companhia e suas controladas, sendo que, para as contingências classificadas pelos nossos assessores jurídicos como provável exigência de recursos, foram provisionados R\$ 7.554 na controladora (ao final do exercício do ano anterior era R\$ 7.869) e R\$ 8.329 no consolidado (ao final do exercício do ano anterior era de R\$ 8.812).

Demandas tributárias

A Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais relativos a demandas tributárias em andamento nos quais são partes, sendo que, para as contingências classificadas pelos nossos assessores jurídicos como provável exigência de recursos foram provisionados R\$ 606 na controladora (ao final do exercício do ano anterior era de R\$ 451) e R\$ 2.237 no consolidado (ao final do exercício do ano anterior era de R\$ 1.983).

Possíveis

Para os processos trabalhistas no montante Consolidado de R\$ 17.030 (ao final do exercício do ano anterior era de R\$ 17.150), cíveis no montante Consolidado de R\$ 9.191 (ao final do exercício do ano anterior era de R\$ 8.486) e tributários no montante Consolidado de R\$ 11.151 (ao final do exercício do ano anterior era de R\$ 10.570), avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco “possível”, no montante total dos valores das causas de R\$ 37.371 (ao final do exercício do ano anterior era de R\$ 36.206), nenhuma provisão foi constituída.

Das contingências classificadas como possíveis, o processo considerado individualmente relevante refere-se a demanda cível onde se discute:

Diferenças contratuais em serviços prestados na década de 90: R\$ 5.039.

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais relacionados a processos tributários suspensos, aguardando decisão judicial para definição do destino dos referidos depósitos.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 Processos sigilosos relevantes

Não existem processos sigilosos relevantes em que nossa Companhia ou suas Controladas sejam parte que não tenham sido divulgados nos itens 4.4 e 4.5.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Manutenção de caixa e de linhas de créditos junto às instituições financeiras a níveis adequados ao tipo de produto e negócios da Companhia com o objetivo de minimizar riscos de liquidez.

Identificação antecipada de situações que possam exigir a contratação de operações de hedge com o objetivo de minimizar os riscos financeiros da Companhia.

a. riscos para os quais se busca proteção

Riscos cambiais

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Quando aplicável, os instrumentos financeiros a serem contratados são definidos em relação ao risco a ser coberto, situação financeira e de crédito da Companhia, cenário de mercado, além de covenants contratuais, análise de crédito e spread a ser cobrado pela instituição financeira.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Vide item "b" acima

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Contratos de hedge, quando aplicável, limitam-se à cobertura necessária. São precificados segundo as metodologias de mercado vigentes.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não opera

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

O Estatuto prevê que, em caso de oferecimento de garantias reais ou oneração de bens imóveis, as operações devem ser previamente autorizadas pelo Conselho de Administração. Os casos omissos no estatuto serão resolvidos pela Diretoria, "ad referendum" do Conselho de Administração.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Os Controles Internos são regulados pelas Normas Administrativas, Instruções de Trabalho, Procedimentos e Manuais integrantes do Sistema de Gestão Integrada.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 Descrição dos controles internos

Os sistemas contábeis e de controles internos adotados pela Empresa são adequados ao tipo de atividade e volume de transações da Companhia.

Recomendações presentes no relatório do auditor, quando aplicável, são consideradas e confrontadas com os procedimentos de Controles Internos os quais são revisados quando necessário.

5.3 Programa de integridade

Documento facultativo para o emissor em recuperação judicial não preenchido.

5.4 Alterações significativas

5.4 Alterações significativas

Em 2025, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 2,3%, após crescimento de 3,4% em 2024. A indústria cresceu 1,4%, serviços 1,8% e a agropecuária 11,7% (IBGE).

A produção física da indústria nacional em 2025 aumentou 0,6% e ainda acumula queda de 16,3% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011 (IBGE). A categoria de bens de capital geral teve queda de 1,5% e a categoria especial de bens de capital não seriados para fins industriais cresceu 1,6%, embora tenha acumulado perdas de 33,2% nos últimos 5 anos e de 55,6% desde 2011 (IBGE).

As áreas de equipamentos de movimentação de carga para mineração, usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram com baixos níveis de investimentos em novas unidades.

O crédito bancário continua altamente seletivo.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ANA LUIZA BARDELLA						
143.013.078-42	Brasil	Não	Sim	30/04/2025		
Não						
134.589	22,166	18.707	1,884	153.296	9,581	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ANA TEREZA BARDELLA DELNERI						
146.628.968-60	Brasil	Não	Sim	30/04/2025		
Não						
134.590	22,166	18.707	1,884	153.297	9,581	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
CLAUDIO BARDELLA JUNIOR						
115.749.188-00	Brasil	Não	Sim	30/04/2025		
Não						
134.589	22,166	18.715	1,885	153.304	9,582	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DIRCEU LUIZ NATAL						
049.792.658-04	Brasil	Não	Não	03/05/2023		
Não						
1.600	0,264	59.300	5,973	60.900	3,806	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ELTON UGHINI						
166.696.220-15	Brasil	Não	Não	03/05/2023		
Não						
0	0,000	74.400	7,494	74.400	4,650	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FUNDO DE INVESTIMENTO JABURA ACOES						
07.670.184/0001-46	Brasil	Não	Não	19/11/2015		
Não						
0	0,000	110.000	11,080	110.000	6,875	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MARCIO KENDLER						
604.969.246-72	Brasil	Não	Não	30/04/2025		
Não						
12.400	2,042	52.400	5,278	64.800	4,050	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PATRICIA BARDELLA R. PUOLI						
074.764.038-60	Brasil	Não	Não	03/05/2023		
Não						
46.746	7,699	770	0,078	47.516	2,970	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS						
118.609.538-59	Brasil	Não	Não	30/04/2025		
Não						
29.808	4,909	95.317	9,601	125.125	7,820	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SANDRA BARDELLA R. M. SOARES						
046.449.658-63	Brasil	Não	Não	03/05/2023		
Não						
46.747	7,699	839	0,085	47.586	2,974	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
SERGIO ALVARENGA DE MATOS						
066.158.728-20	Brasil	Não	Não	30/04/2025		
Não						
0	0,000	46.700	4,704	46.700	2,919	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
66.123	10,890	496.953	50,055	563.076	35,192	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
607.192	100,000	992.808	100,000	1.600.000	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	791
Quantidade acionistas pessoa jurídica	11
Quantidade investidores institucionais	14

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	607.192	100,000%
Quantidade preferenciais	992.808	100,000%
Total	1.600.000	100,000%

Classe de Ação

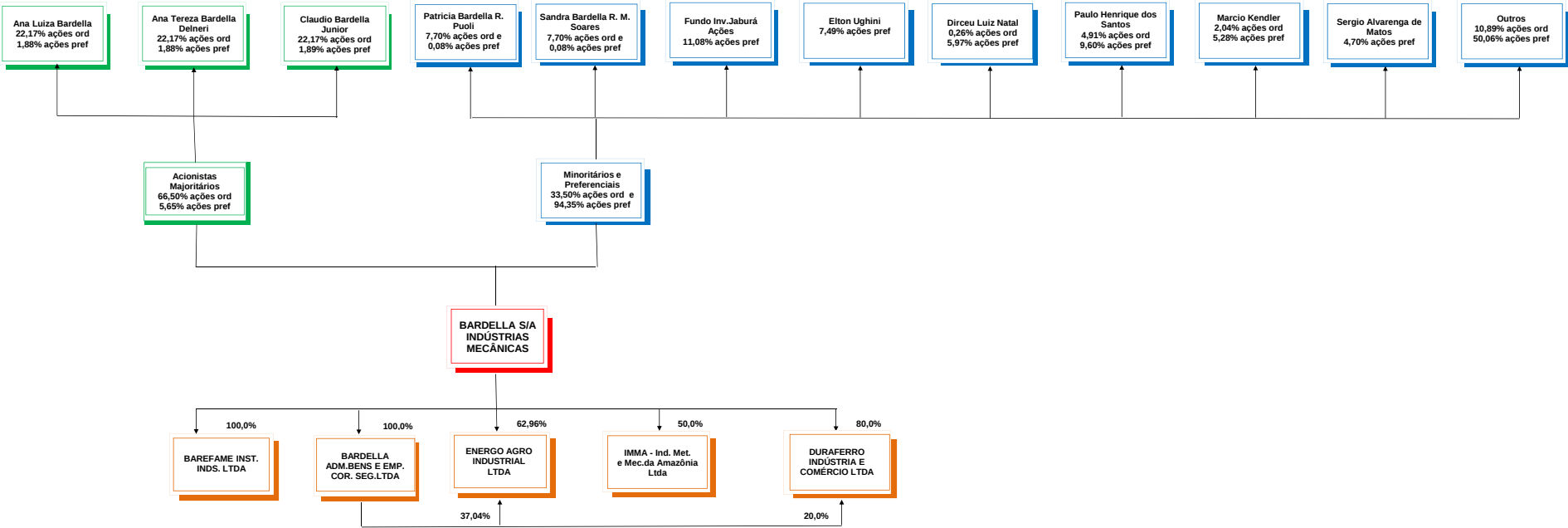
Preferencial Classe A	977179	2961,148%
-----------------------	--------	-----------

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
BARDELLA ADM. DE BENS E EMPR.E CORR. DE SEG. LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	60.851.599/0001-07	100,00
BAREFAME INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.	44.259.372/0001-02	100,00
DURAFERRO INDÚSTRIAS E COMÉRCIO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	55.156.574/0001-45	100,00
ENERGO AGRO INDUSTRIAL LTDA	43.667.427/0001-50	100,00
IMMA – INDÚSTRIA METALÚRGICA E MECÂNICA DA AMAZÔNIA LTDA.	09.608.924/0001-40	50,00

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico
Principais acionistas, Controladas e Controlada em conjunto



6.6 Outras informações relevantes

6.6 Outras informações relevantes

Não Aplicável.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu Estatuto Social e Regimento Interno.

a. atribuições de cada órgão e comitê

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A representação da Companhia é privativa da Diretoria.

Conselho de Administração:

O Conselho de Administração é composto de 3 (três) até 4 (quatro) membros, todos acionistas, com mandato de 1 (um) ano, mas prorrogável até a primeira Assembléia Geral que se realizar após o final do mandato, permitida a reeleição, com indicação dos respectivos cargos, a saber: 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice - Presidente e mais 2 (dois) Conselheiros.

A investidura nos respectivos cargos se dará com a assinatura do Termo de Posse lavrado no livro de Atas do Conselho.

Os Conselheiros eleitos permanecerão nos respectivos cargos até a realização da posse dos novos eleitos.

No caso de renúncia ou vaga do cargo de Presidente do Conselho, o respectivo substituto será escolhido pela Assembléia Geral, a qual deverá ser convocada pelo Vice-Presidente no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do evento.

No caso de renúncia ou vaga de conselheiro eleito na forma do parágrafo 4º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76 com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 10.303/01, deverá o Presidente convocar Assembléia Geral, para que os ordinaristas ou preferencialistas, conforme o caso, possam eleger o Conselheiro que cumprirá o restante do mandato.

No caso de renúncia ou vaga do cargo de Vice-Presidente, poderá o Presidente escolher um dos Conselheiros para ocupar o cargo pelo tempo restante do mandato, ou convocar Assembléia geral para eleição.

Ao Presidente do Conselho compete:

- a)** Presidir as reuniões do Conselho de Administração;
- b)** Presidir as Assembléias Gerais;
- c)** Fazer a distribuição, entre Conselheiros e Diretores, das verbas que lhes forem destinadas por decisão da Assembléia Geral.

Nas reuniões do Conselho, o Presidente terá sempre, além do voto pessoal, o voto de desempate.

Nas faltas ou impedimentos ocasionais ou temporários do Presidente, esta função será acumulada pelo Vice-

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Presidente.

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e extraordinariamente quando for convocado por qualquer um de seus membros, através de carta, telegrama ou fax, com antecedência mínima de 03 (três) dias.

O Conselho de Administração funcionará com a presença de pelo menos 03 (três) de seus membros e deliberará por maioria de votos.

O funcionamento do Conselho será regulado por Regimento Interno aprovado pela unanimidade dos seus membros.

Compete ao Conselho de Administração:

- I. Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, inclusive examinando e aprovando planos de expansão, alteração ou adaptação de qualquer setor da Companhia;
- II. eleger e destituir os diretores da Companhia, fixando-lhes atribuições na forma deste estatuto;
- III. fiscalizar a gestão dos diretores, examinar livros e documentos e manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da diretoria;
- IV. convocar Assembléia Geral quando julgar conveniente;
- V. escolher e destituir auditores independentes;
- VI. deliberar sobre a emissão de ações e propostas de aumento de capital, e
- VII. autorizar a aquisição pela companhia de ações de sua própria emissão para cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como a alienação destas ações, nos termos do artigo 30, parágrafos 1º, alíneas **b** e **c**, 2º e 4º da Lei nº. 6.404/76, respeitadas as demais normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (C.V.M.) a respeito da matéria.
- VIII. autorizar o pagamento ou creditamento de juros a título de remuneração do capital próprio.

Serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas, as Atas de reunião do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

A Companhia terá uma diretoria com funções executivas, composta de no mínimo 3 (três) e até o máximo de 8 (oito) diretores, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente, até 3 (três) Diretores Vice-Presidentes e até 4 (quatro) Diretores, todos com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

A investidura nos respectivos cargos se dará com a assinatura do Termo de Posse, lavrado no Livro de Atas da diretoria, permanecendo os eleitos em seus respectivos cargos até a realização da posse dos novos eleitos.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para cargos de diretores.

No caso de vaga, ausência ou impedimento de qualquer diretor, o respectivo substituto será escolhido pelo Conselho de Administração e permanecerá no cargo até que se complete o mandato do substituído.

À diretoria compete:

- a) gerir todos os negócios da Companhia;
- b) oferecer garantias reais, desde que previamente autorizada pelo Conselho de Administração;
- c) constituir procuradores com poderes gerais ou especiais;
- d) administrar a sociedade, organizando, fiscalizando e supervisionando as atividades sociais.

À diretoria cabe a prática de todos os atos necessários ao regular funcionamento da sociedade, podendo, todo e qualquer documento ou instrumento jurídico, ser assinado pelo Diretor Presidente em conjunto com mais um diretor.

Conselho Fiscal:

O Conselho Fiscal não permanente poderá ser composto por 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, que preencham as condições previstas em lei e somente se instalará por deliberação da Assembléia Geral nos casos previstos no parágrafo 2º do artigo 161 da Lei nº. 6.404/76.

A remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

Todas as decisões do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, serão tomadas por votos da maioria simples de seus membros, que terão as atribuições, deveres, competências e responsabilidades estabelecidos em lei.

A investidura nos respectivos cargos se dará com a assinatura do Termo de Posse lavrado no livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal.

No caso de renúncia ou vaga de conselheiro e seu suplente eleitos na forma do artigo 161, parágrafo 4º, alínea a da Lei 6.404/76, deverá o Presidente do Conselho de Administração convocar Assembléia Geral para que os ordinaristas ou preferencialistas, conforme o caso, possam eleger o conselheiro e seu suplente que cumprirão o restante do mandato.

b. Data de Instalação do Conselho Fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal não foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de Abril de 2025. A nossa Companhia não possui comitês.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não há mecanismo de avaliação formalizado.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A Companhia tem uma diretoria com funções executivas, composta de no mínimo 3 (três) e até o máximo de 8 (oito) diretores, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente, até 3 (três) Diretores Vice-Presidentes e até 4 (quatro) Diretores, todos com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

À diretoria compete:

- a) gerir todos os negócios da Companhia;
- b) oferecer garantias reais, desde que previamente autorizada pelo Conselho de Administração;
- c) constituir procuradores com poderes gerais ou especiais;
- d) administrar a sociedade, organizando, fiscalizando e supervisionando as atividades sociais.

Ao Diretor Presidente compete:

- a) presidir as reuniões de diretoria;
- b) representar a Companhia ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele;
- c) fixar as diretrizes gerais aos diretores para o desenvolvimento das atividades da Companhia.

À diretoria cabe a prática de todos os atos necessários ao regular funcionamento da sociedade, podendo, todo e qualquer documento ou instrumento jurídico, ser assinado pelo Diretor Presidente em conjunto com mais um diretor.

Poderão ser assinados por 1 (um) diretor Vice-Presidente em conjunto com outro diretor, os instrumentos que implicarem:

- a) alienação, oneração e aquisição de bens imóveis, previamente autorizada pelo Conselho de Administração;
- b) investimentos em outras sociedades, bem como alienações de quotas ou ações oriundas de tais investimentos, previamente autorizados pelo Conselho de Administração;
- c) transação ou renúncia de direitos, referentes a ações ou quotas de sociedades controladas, subsidiárias ou coligadas;
- d) outorga de procurações "Ad Judicia";

Poderão ser assinados por 1 (um) diretor Vice-Presidente em conjunto com outro diretor, ou por 1 (um) procurador com poderes específicos para cada caso:

- a) contratos de venda dos produtos ou de prestação de serviços da sociedade;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

b) outorga de fianças, avais em notas promissórias, aceite ou aval de título de crédito, com valores acima de 2% (dois por cento) do capital social;

c) contratos de transferência de tecnologia, prestação de serviços técnicos especializados ou de licença em que a sociedade seja licenciadora ou licenciada;

d) contratos de participação em consórcios industriais;

e) contratos de aquisição de bens móveis, matérias primas e equipamentos industriais, destinados ao ativo fixo;

f) contratos de penhor mercantil ou industrial;

Poderão ser assinados por 2 (dois) diretores em conjunto, os instrumentos que implicarem:

a) outorga de procurações "Ad Negotia";

b) outorga de poderes a empregado da empresa, para representação da sociedade em juízo.

Poderão ser assinados por 2 (dois) diretores, ou por 1(um) diretor e mais 1 (um) procurador com poderes específicos, ou ainda por 2(dois) procuradores com poderes também específicos:

a) cheques e o aceite de duplicatas ou faturas mercantis;

b) contratos de seguro;

c) contratos de locação de bens móveis e imóveis;

d) contratos de comodato;

e) contratos com entidades de crédito, financiamento, investimento e bancos;

f) autorização de débitos, transferências e pagamentos através de estabelecimentos bancários;

g) contratos de mútuo, nos limites autorizados pelo Conselho de Administração;

h) contrato de aquisição de matérias primas e prestação de serviços;

i) recebimento e quitação de importâncias relativas a contratos de venda dos produtos ou da prestação de serviços da sociedade;

j) recebimento e quitação de importâncias relativas a duplicatas mercantis, notas promissórias e letras de câmbio;

k) endosso de cheques e títulos de crédito, inclusive duplicatas mercantis, a bancos, para depósito, cobrança ou desconto;

l) outorga de fianças, avais em notas promissórias, aceite ou aval de título de crédito com valores iguais ou inferiores à 2% (dois por cento) do capital social;

m) contratos de representação comercial;

Poderão ser assinados por 1 (um) diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos:

a) requerimentos, termos e declarações a órgãos ou repartições públicas, Federais, Estaduais, Municipais, entidades paraestatais ou autárquicas, inclusive os relativos a importação e exportação de mercadorias;

b) assinatura de propostas de fornecimento.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

c) contratos de alienação de bens móveis pertencentes ao ativo fixo.

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Não há mecanismo de avaliação formalizado.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	0	0	0	3
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	4
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	0	0	0	0	7

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	3
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	4
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	0	0	0	0	0	0	7

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	0	3
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	4
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	0	0	7

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e extraordinariamente quando for convocado por qualquer um de seus membros, através de e-mail e telefone, com antecedência mínima de 03 (três) dias.

No ano de 2025 ocorreram 8 reuniões do Conselho de Administração na qual 1 extraordinária.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não Aplicável.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Os membros do Conselho de Administração aprovaram em 26 de junho de 2002 as Políticas de Negociação de Valores Mobiliários e de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, bem como assinaram o “Termo de Adesão” previsto no artigo 9º do referido documento, além disso, devem respeitar o que dispõe a Lei das Sociedades Anônimas, especialmente em seu artigo 156 o qual transcrevemos abaixo:

Art. 156. É vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

§ 1º Ainda que observado o disposto neste artigo, o administrador somente pode contratar com a companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros.

§ 2º O negócio contratado com infração do disposto no § 1º é anulável, e o administrador interessado será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que dele tiver auferido.

Os negócios realizados com valores mobiliários de emissão da Companhia são monitorados constantemente para identificação de eventuais movimentos anormais causados por pessoas vinculadas conforme definido no artigo 6º das Políticas de Negociação de Valores Mobiliários e de Divulgação de Ato ou Fato Relevante.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome	EDUARDO FANTIN	CPF:	052.498.738-63	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Engenheiro	Data de Nascimento:	10/04/1964
Experiência Profissional:	• 2022 até a presente data – Diretor Presidente da Bardella S/A; Diretor do Centro Corporativo e da Área Comercial do Grupo Bardella e Diretor e de Relação com Investidores da Bardella S/A Indústrias Mecânicas – Em Recuperação Judicial; • 2020 até a presente data – Diretor da Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda – Em Recuperação Judicial; • 2019 até a presente data – Diretor da Duraferro Indústria e Comércio Ltda – Em Recuperação Judicial; • 2016 a 2022 – Diretor de Engenharia na Bardella S/A Indústrias Mecânicas – Em Recuperação Judicial; • 2013 até a presente data – Diretor – Área comercial de Energia, Metalurgia, Mineração, Petróleo e Gás, Movimentação de Cargas, Peças e Serviços, Gerenciamento de Contratos, bem como a direção da área de vendas de serviços de montagem da controlada Barefame Instalações Industriais Ltda; • 2011 à 2012 – Diretor – Área comercial de Energia, Metalurgia, Mineração, Petróleo e Gás, Movimentação de Cargas, Peças e Serviços, Gerenciamento de Contratos, administração do Projeto Jirau, bem como a direção da área de vendas de serviços de montagem da controlada Barefame Instalações										

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	1 ano	Presidente do Conselho de Administração		30/04/2026	Sim	30/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome FRANCISCO CARLOS IDALGO GONCALVES **CPF:** 020.940.328-41 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 08/01/1959

Experiência Profissional: Formação Acadêmica - Graduado em Engenharia Mecânica plena pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) Cursos de especialização em Hidráulica Industrial , participando de congressos internacionais (Alemanha e Holanda), como convidado da empresa BOSCH-REXROTH. - Membro do grupo de implantação da ISO 9000/14000 e preparação da empresa para concorrer ao Premio Nacional da Qualidade. - MBA em Gestão de Negócios na Fundação Getúlio VargasHistórico ProfissionalBARDELLA S/A Indústrias Mecânicas. período: 1985 - Atual - Chefe do Departamento de Engenharia na área de Equipamentos Hidromecânicos e Equipamentos para Movimentação de Minério. - Gerente do Departamento de Engenharia nas áreas de maquinas para Movimentação de Minério, Pontes Rolantes, Assistência Técnica e montagem pela Barefame e Bardella Principais Projetos: - Projetos de equipamentos para as Usinas Hidrelétricas de Salto Caxias (COPEL), Serra da Mesa, Corumbá, Itaipu (FURNAS), Nova Ponte, Igarapava (CEMIG), Lajeado (INVESTCO). - Projetos de pontes rolantes industriais para a Companhia de Celulose VCP e ponte rolante siderúrgica para a Usina Barra Mansa (grupo Votorantim).Projeto e assistência técnica para os seguintes projetos na área de Mineração e Petroleo: Petrobrás Reduc Projeto de equipamentos de movimentação de cock Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) Três Empilhadeiras/ Recuperadoras USIMINAS Projeto de equipamentos para movimentação de minério de ferro composto de Transportadores de Correia, Empilhadeira/ Recuperadora Companhia Vale do Rio Doce (CVRD-Vitória) Uma Empilhadeira 6000 ton/hora-minério de ferro e Uma Recuperadora (4000 ton./hora) Carvão Companhia Vale do Rio Doce (CVRD-S. Luis do Maranhão) Fornecimento dos transportadores de correia de alta capacidade (8000 ton/hora), da terceira linha de descarga e de uma Empilhadeira/ Recuperadora 10000 ton/hora.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/05/2026	1 ano	Outros Diretores	Diretor	15/05/2026		13/06/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome JOÃO CARLOS PURKOTE CPF: 842.372.288-00 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis ADVOGADO são: Data de Nascimento: 16/10/1955

Experiência Profissional: Bardella S/A Indústrias Mecânicas - Fabricante de bens de capital sob encomenda
Cargo: Gerente de Controladoria - de 2010 a 2020
Relação da empresa com o emissor: Emissor

IMMA Industria Metalurgica Mecânica da Amazônia Ltda. - Fabricante de bens de capital sob encomenda
Cargo: Membro do Conselho de Admonistração - desde 2010
Relação da empresa com o emissor: Controlada em conjunto

J C Purkote Consultoria e Treinamento Sociedade Unipessoal Ltda.
Cargo: Administrador - desde 2019
Relação da empresa com o emissor: Não integra o grupo econômico nem é controlada por acionista do emissor

Purkote Sociedade Individual de advocacia
Cargo: Administrador - desde 2023
Relação da empresa com o emissor: Não integra o grupo econômico nem é controlada por acionista do emissor

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	1 ANO	Vice Presidente Cons. de Administração		30/04/2026	Sim	30/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome JOAQUIM DONIZETE BERTOLUCI CPF: 761.620.958-00 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis são: Economista Data de Nascimento: 04/06/1955

Experiência Profissional: Formação:
Economia - 1978 - Faculdades Metropolitanas Unidas
Economia Rural - 1982 - Lato Sensu - Universidade São Judas Tadeu
Finanças Empresariais - 1999 - MBA - Universidade de São Paulo.

Trabalho:
1974 - 1980 - Banco do Estado de São Paulo S/A. - Escriturário
1980 - 1981 - Plásticos Branco Ltda - Gerente Financeiro

1982 - 2018 (20 de janeiro) Bardella S/A Industrias Mecânicas
1982 - 1996 Economista - Controladoria/Auditoria.
1997 - 2018 Supervisor Financeiro, Chefe Departamento Financeiro, Gerente (desde 2010)

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/05/2026	1 ano	Outros Diretores	Diretor Financeiro	15/05/2026		14/05/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome JOSE SEBASTIAO BAPTISTA CPF: 021.433.748-01 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis são: ADVOGADO Data de Nascimento: 13/07/1959

Experiência Profissional: FORMAÇÃO ACADÊMICA: Formato em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - Largo São Francisco. Experiência Profissional:

- 1983/1984 – Noronha Advogados
- 1985/1990 – Edwin Walter Jr. Advogados – Sócio
- 1991/1995 – Puoli & Penteado Advogados – Sócio
- 1995/2009 – Puoli Advogados - Sócio
- 1997/2000 – Cia de Cimentos do Brasil (CIMPOR) – Gerente Jurídico
- 2000/2001 – Membro do conselho de administração da Bardella S/A Indústrias Mecânicas
- 2003/2004 – Membro do conselho de administração da Bardella S/A Indústrias Mecânicas
- 2006/2007 – Membro do conselho de administração da Bardella S/A Indústrias Mecânicas
- 2009/2010 – Membro do conselho de administração da Bardella S/A Indústrias Mecânicas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2026	Não	30/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome	RENAN FERRÃO BARCELLOS	CPF:	003.732.130-77	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	ADVOGADO	Data de Nascimento:	03/07/1983
Experiência Profissional:	Atuante no ramo do Direito Empresarial, Civil e Trabalhista. Ampla experiência em Recuperação Judicial e assessoramento de conselheiros com vaga em Conselho de Administração/Fiscal. Atuante em assessoramento de Departamento Jurídico. Experiência em confecção de contratos e pareceres diversos. Atendimento a pessoa física e jurídica. Auxílio a departamentos jurídicos e/ou comerciais de empresas de pequeno, médio e grande porte, bem como participação em reuniões estratégicas (Conselhos de Administração/Fiscal e Assembleias Ordinárias e Extraordinárias). Atuante em gestão de prestadores de serviços. Elaboração de peças e recursos judiciais e extrajudiciais. Análise processual/judicial de documentação para formulação de defesas e ações diversas. Participação em audiências e defesas orais em Tribunais Estaduais, Federais e Superiores. Consultoria e condução de negociações de vendas e aquisições de empresas, empreendimentos, bens pessoais (imóveis, embarcações, aeronaves, automóveis, etc.) e afins. Consultoria jurídica civil/trabalhista/societária/empresarial. LCosta Advogados Associados Advogado sênior junho de 2012 - maio de 2014 (2 anos) Prestação de consultoria para empresas de grande e médio porte acerca de análise de riscos, gestão de contencioso judicial, consultivo preventivo e gestão de pessoas. Elaboração de peças e teses processuais. Participação em audiências. Gestão de equipe interna e externa. Gestão de contencioso processual de aproximadamente 18 mil demandas. Confecção de contratos e pareceres diversos. Auxílio a departamentos comerciais, bem como participação em reuniões diversas. Vosgerau & Cunha Advogados Associados Advogado agosto de 2009 - maio de 2012 (2 anos 10 meses) Curitiba, Paraná, Brasil Rotinas típicas da advocacia civil, societária e trabalhista. Confecção de relatórios. Gestão de prazos. Confecção de peças processuais. Audiências. Reuniões com clientes. Brasil Telecom Assistente jurídico agosto de 2006 - junho de 2009 (2 anos 11 meses) Porto Alegre e Região, Brasil Integrante da equipe de confecção, gestão e fiscalização de contratos de grandes clientes (Ex.: RBS TV, Gerdau, Grandene, Marcopolo, Governo do Estado do RS, etc.). Atuante na contingência de Ações Cíveis Públicas; Confecção de respostas aos Órgãos do Poder Legislativo e Executivo; Coordenador da equipe de protocolo interno (Citações e intimações) e distribuição aos Escritórios Terceiros; Parte da equipe de controle de contingência de 280 mil demandas judiciais; Parte na equipe de elaboração e implementação da tese jurídica que resultou na edição da Súmula 371 STJ. Elaboração de respostas judiciais e extrajudiciais aos mais diversos Entes da Administração Pública Estadual e Federal. Participação em audiências como preposto. UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul Assistente Jurídico (Cargo de Confiança) março de 2002 - julho de 2006 (4 anos 5 meses) Porto Alegre e Região, Brasil Responsável pelo controle de prazos, bem como pela análise de contratos. Formulação e confecção de respostas aos ofícios dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo. Análise de contratos corporativos, emergenciais e de terceiros. Formação acadêmica INSTITUTO METODISTA IPA Bacharelado em Direito, Direito · (2003 - 2008)										

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2026	Não	30/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

7.4 Composição dos comitês

Nome: EDUARDO FANTIN CPF: 052.498.738-63 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profissão: Engenheiro Data de Nascimento: 10/04/1964

Experiência Profissional:

- 2022 até a presente data – Diretor Presidente da Bardella S/A; Diretor do Centro Corporativo e da Área Comercial do Grupo Bardella e Diretor e de Relação com Investidores da Bardella S/A Indústrias Mecânicas – Em Recuperação Judicial;
- 2020 até a presente data – Diretor da Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda – Em Recuperação Judicial;
- 2019 até a presente data – Diretor da Duraferro Indústria e Comércio Ltda – Em Recuperação Judicial;
- 2016 a 2022 – Diretor de Engenharia na Bardella S/A Indústrias Mecânicas – Em Recuperação Judicial;
- 2013 até a presente data – Diretor – Área comercial de Energia, Metalurgia, Mineração, Petróleo e Gás, Movimentação de Cargas, Peças e Serviços, Gerenciamento de Contratos, bem como a direção da área de vendas de serviços de montagem da controlada Barefame Instalações Industriais Ltda;
- 2011 à 2012 – Diretor – Área comercial de Energia, Metalurgia, Mineração, Petróleo e Gás, Movimentação de Cargas, Peças e Serviços, Gerenciamento de Contratos, administração do Projeto Jirau, bem como a direção da área de vendas de serviços de montagem da controlada Barefame Instalações

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	15/05/2026	1 ano	Diretoria	Diretor-Presidente da Companhia	15/05/2026	13/02/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.5 Relações familiares

Documento facultativo para o emissor em recuperação judicial não preenchido.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2024

Administrador do Emissor

EDUARDO FANTIN	052.498.738-63	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

DURAFERRO INDÚSTRIAS E COMÉRCIO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	55.156.574/0001-45		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

EDUARDO FANTIN	052.498.738-63	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

BARDELLA ADM. DE BENS E EMPR.E CORR. DE SEG. LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	60.851.599/0001-07		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2025

Administrador do Emissor

EDUARDO FANTIN	052.498.738-63	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

DURAFERRO INDÚSTRIAS E COMÉRCIO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	55.156.574/0001-45		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

EDUARDO FANTIN	052.498.738-63	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

BARDELLA ADM. DE BENS E EMPR.E CORR. DE SEG. LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	60.851.599/0001-07		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 Acordos/ Seguros de administradores

A Companhia não possui seguros de administradores e nem acordos para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 Outras Informações relevantes

Não aplicável.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 Política ou prática de remuneração

a) objetivos da política ou prática de remuneração

O objetivo da política de remuneração é atrair e reter membros da administração capacitados e com conhecimento do tipo de negócio da Companhia, para que possam contribuir para o desenvolvimento, melhorias constantes da competitividade, bem como definir estratégias futuras.

b) composição da remuneração

A remuneração é composta de partes fixa e variável, sendo que a parte fixa é estabelecida dentro de padrões e da metodologia Hay aplicada ao mercado de executivos, segundo pesquisas anuais realizadas por empresa especializada (Hay Group). A composição fixa e variável visa manter a remuneração dentro dos limites de mercado.

O montante global anual da remuneração fixa do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, bem como seu reajuste são determinados e aprovados em Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração variável é vinculada a um plano de metas e depende da existência do Lucro Líquido no exercício.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Consecução do plano de metas.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O plano de metas abrange objetivos de curto, médio e longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe remuneração de administradores da controladora suportada por controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4	3		7,00
Nº de membros remunerados	4	3		7,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.040.000,00	2.210.000,00		3.250.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	1.040.000,00	2.210.000,00		3.250.000,00

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,33	3		6,33
Nº de membros remunerados	3,33	3		6,33
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	792.000,00	2.079.973,85		2.871.973,85
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	792.000,00	2.079.973,85		2.871.973,85

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,84	3		5,84
Nº de membros remunerados	2,84	3		5,84
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	806.000,00	1.970.000,00		2.776.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	806.000,00	1.970.000,00		2.776.000,00

8.3 Remuneração Variável**Exercício Social: 31/12/2025**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4	3		7,00
Nº de membros remunerados	4	3		7,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,33	3		6,33
Nº de membros remunerados	3,33	3		6,33
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,84	3		5,84
Nº de membros remunerados	2,84	3		5,84
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/12/2025**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4	3		7,00
Nº de membros remunerados	4	3		7,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,33	3		6,33
Nº de membros remunerados	3,33	3		6,33
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,84	3		5,84
Nº de membros remunerados	2,84	3		5,84
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Não aplicável.

8.7 Opções em aberto

8.7 Opções em aberto

Não aplicável.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Não aplicável.

8.10 Outorga de ações

8.10 Outorga de ações

Não aplicável.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	4,00	3,00	
N° de membros remunerados	4,00	3,00	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	3,33	3,00	
N° de membros remunerados	3,33	3,00	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	2,84	3,00	
N° de membros remunerados	2,84	3,00	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento			

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 Precificação das ações/ Opções

Não aplicável.

8.13 Participações detidas por órgão**8.13 Participações detidas por órgão**

30/04/2026	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Quantidade de ações ordinárias	10	0	1
Quantidade de ações preferenciais	10	0	0

8.14 Planos de previdência

8.14 Planos de Previdência

A Companhia não patrocina planos de previdência.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024
Nº de membros	3	3	3	4	3,33
Nº de membros remunerados	3	3	3	4	3,33
Valor da maior remuneraçãoReal	1.300.000,00	1.300.000,00	1.400.000,00	416.000,00	324.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	455.000,00	345.000,00	150.000,00	208.000,00	180.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	737.000,00	693.000,00	657.000,00	260.000,00	238.000,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	O valor refere-se à remuneração fixa.	
31/12/2024	O valor refere-se à remuneração fixa.	
31/12/2023	O valor refere-se à remuneração fixa.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	O valor refere-se à remuneração fixa.	
31/12/2024	O valor refere-se à remuneração fixa.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 Mecanismos de remuneração/ indenização

Não aplicável.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**

Não aplicável.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Exercício Social	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
2026				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2025				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2024				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2023				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

31/12/2026

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2025

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2024

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2023

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 Outras Informações relevantes

Não identificamos outras informações relevantes além das já disponibilizadas.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	010901	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S	Juridica	09.285.766/0001-34
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
01/01/2020	01/01/2020	
Descrição dos serviços prestados		
Auditoria e emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais e revisões especiais das informações trimestrais individuais e consolidadas (ITR's) da Companhia e suas Controladas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
O montante total de remuneração dos auditores independentes, conforme descrição dos serviços contratados, para a Companhia, do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 188.100,00.		
Justificativa da substituição		
Substituição por decorrência de prazo de 5 anos.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não houve discordância.		

Código CVM do Auditor	002119	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
ETAE AUDITORES INDEPENDENTES	Juridica	47.207.295/0001-35
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
01/01/2025	01/01/2025	
Descrição dos serviços prestados		
Auditoria e emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais e revisões especiais das informações trimestrais individuais e consolidadas (ITR's) da Companhia e suas Controladas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
O montante total de remuneração dos auditores independentes, conforme descrição dos serviços contratados, para a Companhia, do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 152.000,00		
Justificativa da substituição		
Prestação de serviço em andamento.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não houve discordância.		

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Os Auditores Independentes não tem nenhuma relação com a companhia e não prestaram nenhum outro serviço, além da auditoria das demonstrações contábeis. Não havendo assim qualquer conflito de interesses.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	13	0	0	0
Não-liderança	7	53	0	0	0
TOTAL = 73	7	66	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	1	12	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	55	2	3	0	0	0
TOTAL = 73	1	67	2	3	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	7	6
Não-liderança	0	16	44
TOTAL = 73	0	23	50

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	0	13	0
Não-liderança	3	57	0
TOTAL = 73	3	70	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	2	0	0	11	0	0
Não-liderança	0	0	0	60	0	0
TOTAL = 73	2	0	0	71	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	2	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	7	64	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 73	7	66	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	2	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	1	65	2	3	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 73	1	67	2	3	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	1	1
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	0	22	49
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 73	0	23	50

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 Descrição dos Recursos Humanos

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Ano	Administração e Vendas	Engenharia - Fábrica - Áreas de Apoio	Total
2025	12	61	73
2024	14	58	72
2023	15	65	80

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Posição: 31/12/2025
Administração e áreas de apoio: 24
Fábrica: 9

c. índice de rotatividade

2025: 12,00%
2024: 2,00%
2023: 2,00%

10.2 Alterações relevantes

10.2 Alterações relevantes

Não aplicável.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

Política de Salários – nos baseamos na metodologia Hay, já consagrada no mercado, que faz referência a classes e grades salariais, por sua vez alinhadas a uma escala de pontuação condizente a cada posição do organograma (área/cargo/função) e nível de competências dos ocupantes destas posições.

Remuneração variável – Participação nos resultados

Nos últimos três anos não houve distribuição da Participação nos Resultados da Bardella S/A Indústrias Mecânicas – Em Recuperação Judicial.

b. política de benefícios

Política de Benefícios padrão da Companhia - Não há.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
18.974,07	6.825,60	2,78
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Relação com Sindicatos: conforme declaração em sua política de gestão integrada, no âmbito da responsabilidade social, a empresa assegura a seus colaboradores a liberdade de associação e negociação coletiva. Essa premissa é garantida na prática por meio de um relacionamento sadio entre empresa, colaboradores e os sindicatos das regiões em que atua, proporcionando aos representantes um diálogo aberto e bilateral, fundamental para suas negociações anuais ou eventuais.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 Outras informações relevantes

Não aplicável.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 Regras, políticas e práticas

Os principais saldos de ativos e passivos existentes nos respectivos exercícios, assim como as transações que influenciaram o resultado, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladas e controlada em conjunto.

As principais operações realizadas referem-se a:

Contratos de mútuo - Referem-se a empréstimos para capital de giro e são contratados entre 100% e 106% do CDI, pelo prazo de necessidade das tomadoras, exceto em relação à controlada em conjunto IMMA – Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda., cujos contratos em aberto firmados até 2017 tinham taxa de juros de 110% do CDI.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor dos juros contidos nos pagamentos e recebimentos decorrentes de contratos de mútuo, estão alocados nas atividades de financiamentos e de investimentos, respectivamente.

Vendas de produtos e serviços - As transações são feitas considerando condições específicas pactuadas entre as partes e, quando envolvem terceiros como destinatários finais, são efetuadas de acordo com os parâmetros fixados nos contratos com os clientes finais, o que inclui adiantamentos e valores em contas a receber;

Adiantamento a fornecedor e adiantamento a cliente - As transações são feitas considerando condições específicas pactuadas entre as partes e, quando envolvem terceiros como destinatários finais, são efetuadas de acordo com os parâmetros fixados nos contratos com os clientes finais, o que inclui adiantamentos e valores em contas a receber;

Prestação de serviços administrativos e aluguéis - A prestação de serviços administrativos entre as partes é cobrada mensalmente, de acordo com o rateio de custos efetivos. Os aluguéis de bens móveis e imóveis são cobrados mensalmente respeitando valores específicos acordados entre as partes;

Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor das controladas e controlada em conjunto – Não existem avais, fianças e hipotecas concedidas pela Controladora às Controladas.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
IMMA – Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.	31/12/2018	2.986.743,94	2.986.743,94	2.986.743,94	Até a liquidação do contrato.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto (50%)					
Objeto contrato	Fornecimento de partes e peças. (Clientes)					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Conclusão das entregas.					
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de partes e peças faturadas.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
IMMA – Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.	01/01/2016	31.487.615,48	31.487.615,48	31.487.615,48	Prazo Indeterminado.	110,000000% do CDI
Relação com o emissor	Controlada com 50 % de participação					
Objeto contrato	Contrato de Mútuo (Passivo).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Pagamento integral da dívida.					
Natureza e razão para a operação	O mútuo visa suprir necessidade de capital de giro da Controladora.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ana Luiza Bardella	28/12/2015	25.948.996,20	25.948.996,20	25.948.996,20	Último vencimento em 30/10/2021.	105,740000% do CDI
Relação com o emissor	Controle					
Objeto contrato	Contrato de Mútuo (Passivo).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Pagamento integral da dívida.					
Natureza e razão para a operação	O mútuo visa suprir a necessidade de capital de giro da Controladora.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.	31/12/2018	19.367.491,70	19.367.491,70	19.367.491,70	Até a conclusão de entrega dos bens e serviços	0,000000
Relação com o emissor	Controlada com 50% de participação					
Objeto contrato	Aquisição de partes e peças e serviços. (Fornecedor)					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Entrega dos bens e serviços					
Natureza e razão para a operação	Aquisição de partes peças e serviços. A controlada em conjunto é fabricante de partes e peças de equipamentos fabricados pela Bardella que é competitiva para o fornecimento desses bens					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ana Tereza Bardella Delneri	28/12/2015	25.948.996,20	25.948.996,20	25.948.996,20	Último vencimento em 30/10/2021.	105,740000% do CDI
Relação com o emissor	Controle					
Objeto contrato	Contrato de Mútuo (Passivo)					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Pagamento integral da dívida.					
Natureza e razão para a operação	O mútuo visa suprir a necessidade de capital de giro da Controladora.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Claudio Bardella Junior	28/12/2015	25.948.996,20	25.948.996,20	25.948.996,20	Último vencimento em 30/10/2021.	105,740000% do CDI
Relação com o emissor	Controle					
Objeto contrato	Contrato de Mútuo (Passivo)					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Pagamento integral da dívida.					
Natureza e razão para a operação	O mútuo visa suprir a necessidade de capital de giro da Controladora.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'**11.2 Itens 'n.' e 'o.'**

As taxas de juros dos contratos de mútuo são pactuadas nos respectivos contratos e são atreladas às taxas do CDI.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 Outras informações relevantes

Não aplicável.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
23/04/2001		Integralizado	116.800.000,00
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
607.192		992.808	1.600.000
Capital social por classe de ações preferenciais			
Classe de ação preferencial		Quantidade de ações	
Preferencial Classe A		992.808	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não Aplicável.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Documento facultativo para o emissor em recuperação judicial não preenchido.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Documento facultativo para o emissor em recuperação judicial não preenchido.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 Mercados de negociação no Brasil

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Documento facultativo para o emissor em recuperação judicial não preenchido.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Documento facultativo para o emissor em recuperação judicial não preenchido.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Não aplicável.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 Outras informações Relevantes

Não aplicável.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
EDUARDO FANTIN	Diretor Presidente/Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

13.1 Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

O Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da empresa BARDELLA S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, declara que reviu o Formulário de Referência; que todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80 de 29/03/2022, em especial aos artigos 15 a 20; e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Sorocaba, 01 de Junho de 2026.

EDUARDO FANTIN

Diretor e Diretor de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.